



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

355

**Retomada do crescimento
Condições para combate ao desemprego**

Fernando Nogueira da Costa

Maio 2019

TEXTO PARA DISCUSSÃO IE-UNICAMP

RETOMADA DO CRESCIMENTO

Condições para Combate ao Desemprego

maio de 2019

FERNANDO
NOGUEIRA DA
COSTA

Sumário

<i>Introdução</i>	2
<i>Perda de Dinamismo pela Substituição do Desenvolvimentismo pelo Neoliberalismo</i>	6
<i>Abordagem da Demanda Externa</i>	8
<i>Abordagem do Mercado Interno</i>	13
<i>Mobilidade Social via Ensino Superior: Plano de Vida Frustrado</i>	20
<i>Alavancagem Financeira: Limite para novo Ciclo de Endividamento e Investimento</i>	23
<i>Inovações Financeiras para Futura Alavancagem</i>	31
<i>Conclusão</i>	34
<i>Bibliografia</i>	38

Resumo

Neste Texto para Discussão, levanto algumas hipóteses para responder à pergunta-chave: *por que a economia brasileira não tem um crescimento sustentado em longo prazo desde 1980?* Discuto, inicialmente, a substituição do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo como ideologia orientadora das equipes econômicas dos governos. Depois, abordo a disjuntiva entre mercado externo e mercado interno. Por fim, analiso a perspectiva futura de desemprego tecnológico face à Revolução Industrial 4.0 e as inovações financeiras, destacando as possíveis reações políticas a esse quadro de desemprego desesperador. Uma seria a saída via massificação do Ensino Superior, outra seria a alternativa oferecida pelo populismo de direita com característica armamentista ou neofascista. Contra esta, apresento na conclusão algumas ideias para um programa alternativo de obtenção dos bens básicos universais para uma boa vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, Mudança Tecnológica, Crescimento

Keywords: *Economic Development, Technological Change, and Growth*

Classificação JEL / JEL Classification: *O11 Macroeconomic Analyses of Economic Development / O16 Economic Development: Financial Markets; Saving and Capital Investment; Corporate Finance and Governance.*

Introdução

No primeiro trimestre de 2019, havia 28,3 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade subutilizadas: 13,4 milhões eram desocupadas, 6,8 subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 8,2 milhões compunham a força do trabalho potencial, divididas entre 4,8 milhões de desalentados e 3,3 milhões de não desalentados. A taxa total de subutilização da força do trabalho era 25%, crescente desde o 4º trimestre de 2014, quando era 14,9% e se encerrou a Era Social-Desenvolvimentista.

Em tempo de procura de trabalho, 2,1 milhões procuravam a menos de um mês, 6 milhões de um mês a menos de um ano, 1,9 milhão de um ano a menos de dois anos e 3,3 milhões de dois anos ou mais. Totalizavam os 13,4 desocupados.

As pessoas desocupadas, na semana de referência da pesquisa (PNADC-IBGE), estavam sem trabalho capaz de gerar rendimentos para o domicílio. Nessa semana tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias e estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

As pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência, trabalharam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, mas gostariam de trabalhar mais horas além dessas habitualmente trabalhadas. Elas estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

A força de trabalho potencial, na semana de referência, era composta de pessoas não classificadas como ocupadas e nem como desocupadas, mas possuidoras de um potencial de oferecerem força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos:

1. pessoas realizando busca efetiva por trabalho, mas sem se encontrarem disponíveis para trabalhar na semana de referência, principalmente, por cuidar de afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s), ou estavam estudando, terem problemas de saúde ou gravidez, serem muito jovem ou muito idosa;
2. pessoas, mesmo não tendo realizado busca efetiva por trabalho, principalmente, por não conseguirem trabalho adequado, não terem experiência profissional ou qualificação, não conseguirem trabalho na localidade, gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Depois de atingir o pico máximo da série histórica no 1º trimestre de 2017, com 13,7%, dois anos depois, a taxa de desocupação baixou apenas um ponto percentual. A economia brasileira continuou rastejante.

Em certos estados, a situação está muito pior se comparada à média nacional. As taxas de desocupação do Amapá (20,2%) Bahia (18,3%) e Acre (18,0%) foram as mais altas no 1º trimestre de 2019. As menores taxas foram observadas em Santa Catarina (7,2%), Rio Grande do Sul (8,0%) e Rondônia (8,9%).

Em região metropolitana, as taxas de desocupação das maiores foram São Paulo com 14,8% e Rio de Janeiro com 15,4%. Recife tinha 18,3% e Salvador, 18,7%.

Muitos economistas ao enxergarem apenas os números, friamente, e não as pessoas por trás deles, adotam o individualismo egoísta e não o *altruísmo*, isto é, tendência ou inclinação de natureza instintiva capaz de incitar o ser humano à preocupação com o outro. Não obstante sua atuação espontânea, deve ser aprimorada pela Educação Superior, evitando-se assim a ação antagônica dos instintos naturais do egoísmo.

Todo economista necessita ter *empatia*. Esta é a capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, e de apreender do modo como ela apreende. Trata-se de um processo psicológico de identificação, onde o indivíduo se coloca no lugar do outro e, com base em suas próprias suposições ou impressões, tenta compreender o comportamento do outro. Em sua formação de cognição do *eu social*, o economista adquire a virtude da empatia mediante três aptidões:

1. para se ver do ponto de vista de outra pessoa,
2. para ver os outros do ponto de vista de outra pessoa ou
3. para ver os outros do ponto de vista deles mesmos.

Sob o ponto de vista do individualismo metodológico, as alegações causais do holista, aquele dotado de uma visão do todo, ou seja, a economia como um sistema complexo emergente das interações entre múltiplos indivíduos, instituições e países, devem ser complementadas por relatos dos mecanismos subjacentes ao nível dos indivíduos. Por sua vez, os termos holistas são frequentemente especificados como descrições das propriedades estatísticas de um agrupamento ou de organizações sociais. Por exemplo, em uma visão holística, a alta taxa de desemprego pode ser apontada como causa de uma alta taxa de criminalidade. Seria um tipo especial de alegação causal via relação funcional.

Outro exemplo da dificuldade de transitar entre o individualismo metodológico e holismo metodológico diz respeito às Contas Nacionais. O que elas dizem a respeito dos indivíduos? Elas são descrições da cadeia de eventos até o nível individual, capazes de ligarem a causa e o efeito descritos em termos holistas? Sendo assim, essas Contas Nacionais deveriam especificar as leis ou as regularidades orientadoras das transições entre eventos macros e micros – e vice-versa em um sistema complexo interativo.

O coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), Armando Castelar, afirma o Brasil estar ficando cada vez mais pobre em termos relativos, se comparado a outros países. O país fica mais distante dos países de renda alta, como os EUA, em vez de se aproximar. Nesse sentido, é um *processo inverso ao desenvolvimento*. “É um processo de subdesenvolvimento não em relação a si mesmo, mas em relação ao resto do mundo”, declarou (Valor, 21/05/19).

O critério de paridade de poder de compra busca eliminar as diferenças de custo de vida, facilitando a comparação entre os países. O Brasil perdeu terreno em relação a outros emergentes nas últimas décadas, distanciando-se do nível de renda dos países desenvolvidos, em vez de se aproximar. No fim da Era do Desenvolvimentismo (1930-1980), seja o nacional-desenvolvimentismo anterior ao golpe militar de 1964, seja o da modernização-conservadora dos anos 60 e 70, a proporção do PIB per capita do país em relação ao dos Estados Unidos era de 39% em 1980. Hoje, corresponde a pouco mais de um quarto do americano: 25,8%.

Nesse período:

- o PIB per capita do Chile passou de 27,4% para 41,5% do indicador dos EUA;
- o da China, de 2,5% para 28,9%; e
- o da Coreia do Sul, de 17,5% para 66%.

Em 1980, o PIB per capita brasileiro era de US\$ 11.372. Em 2018, ele se elevou para US\$ 14.359, mas nesse período o norte-americano se elevou de US\$ 29.158 para US\$ 55.650. O indicador americano aumentou 91%, enquanto o brasileiro se elevou apenas 26% nesses 38 anos.

No mesmo período, o PIB per capita sul-coreano cresceu 623%, e o chileno, 189%. O melhor exemplo a se espelhar é o da Coreia do Sul, e não o do Chile, onde a desigualdade se elevou com o regime de capitalização empobrecedor dos idosos aposentados.

O PIB per capita da Coreia do Sul em 2018 era US\$ 36.756. Equivalia a dois terços do americano. Há quase quatro décadas, o indicador brasileiro era superior ao dobro do sul-coreano. Nesse período, o país asiático fez maciços investimentos em capital físico (infraestrutura e fábricas) e capital humano. Segundo o FMI, a Coreia do Sul investe o equivalente a 30% do PIB. Em 2018, a taxa de investimento do Brasil foi de apenas 15,8% do PIB.

O mau desempenho dos alunos brasileiros em testes como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês) sinaliza *a necessidade de priorizar a Educação*, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, para melhorar a trajetória futura do PIB per capita do país. Os resultados obtidos por

estudantes de outros países são muito melhores se comparados os Brasil. Esse é um dos fatores determinantes do crescimento socioeconômico.

O atual quadro da atividade no país está mais próximo do conceito de *estagnação* (baixo crescimento positivo) ou se aproxima de uma *depressão* (dois trimestres seguidos com queda absoluta ou “crescimento negativo”)? Na verdade, os economistas não têm um consenso a respeito da resposta à uma pergunta básica: *por que a economia brasileira não tem um crescimento sustentado em longo prazo desde 1980?*

Neste Texto para Discussão, levantarei algumas hipóteses para responder à pergunta-chave: *por que a economia brasileira não tem um crescimento sustentado em longo prazo desde 1980?* Discutirei, inicialmente, a substituição do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo como ideologia orientadora das equipes econômicas dos governos. Depois, abordarei a disjuntiva entre mercado externo e mercado interno. Por fim, analisarei a perspectiva futura de desemprego tecnológico face à Revolução Industrial 4.0 e as inovações financeiras, destacando possíveis reações políticas a esse quadro de desemprego desesperador. Uma seria a saída via massificação do Ensino Superior, outra seria a alternativa oferecida pelo populismo de direita com característica armamentista ou neofascista. Contra esta, apresentarei na conclusão algumas ideias para um programa alternativo de obtenção dos bens básicos universais para uma boa vida.

O objetivo deste Texto para Discussão é tentar responder à pergunta-chave do Renato Russo: *que país é este?!* Suas respostas constituem uma expressão ética e dramática do sentimento popular, porém, também são simplórias, embora motivadoras de ações coletivas ou políticas.

“Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado, ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação”. Serão os culpados o crime organizado ou a política desorganizada?

“Na morte, eu descanso, mas o sangue anda solto, manchando os papéis, documentos fiéis, ao descanso do patrão”. Será a violência fruto da urbanização, acelerada pela migração campo-cidade e explosão demográfica (população multiplicada por 10 vezes no século XX), com a força do trabalho abundante subutilizada (28,3 milhões pessoas) ou explorada (por exemplo, 11,5 milhões de empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada)?

“Terceiro mundo se for, mas é piada no exterior. Mas o Brasil vai ficar rico, vamos faturar um milhão, quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão”. O atual mandatário envergonha o país no exterior. Seu “projeto de Nação” é o leilão de todos os bens públicos, supostamente, até as reservas indígenas na Amazônia legal. Vender a terra dos nativos é uma longa tradição histórica, aqui, nestes tristes trópicos.

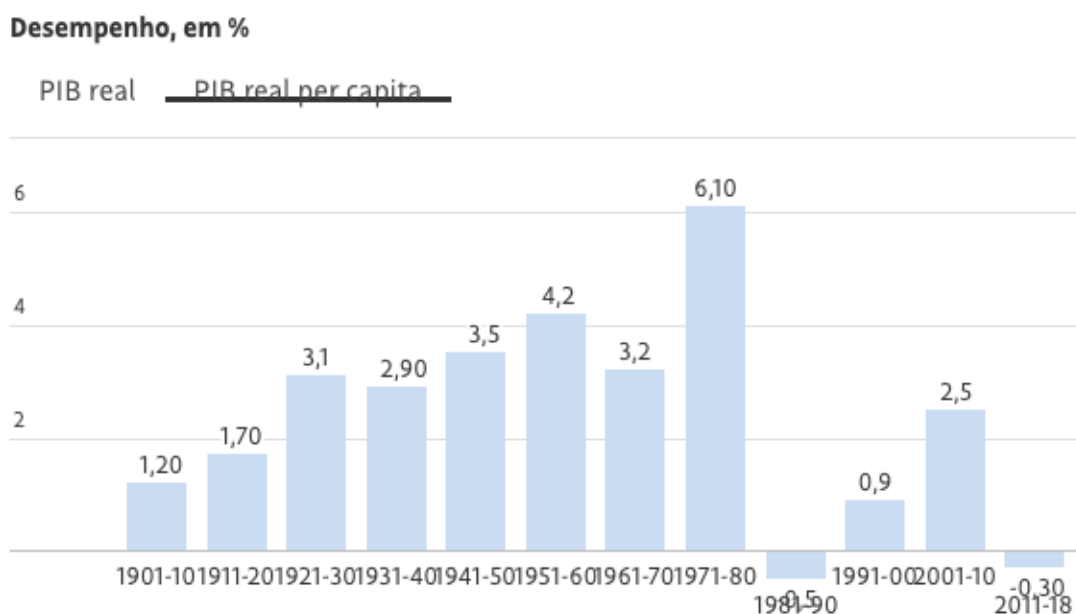
Perda de Dinamismo pela Substituição do Desenvolvimentismo pelo Neoliberalismo

Após quatro anos em alta entre 2010 e 2013, a renda per capita recuou 0,3% em 2014, início do período recessivo, seguido por quedas mais profundas em 2015 e 2016, auge da crise, quando recuou 4,4% e 4,1%, respectivamente. O PIB (Produto Interno Bruto) per capita cresceu 0,3% em 2018, repetindo o desempenho registrado um ano antes.

O crescimento econômico foi de 1,1% em 2018, uma alta também igual à apresentada em 2017. O crescimento brasileiro no quinquênio 2014-2018 apenas não foi pior se comparado ao encerrado em 1992, isto é, aquele da política econômica “feijão-com-arroz” e do Plano Verão do Maílson da Nóbrega até o Plano Collor, desde o início do século XXI. O PIB per capita de 2018 ainda era 8,1% menor se comparado ao de 2013.

É provável a renda per capita terminar a década atual sem nenhum avanço em relação ao período entre 2001 e 2010, caso se concretizem as projeções pessimistas para este e o próximo ano. Em termo decenais, esse seria o segundo pior resultado desde o início do século passado, perdendo apenas para a década de 1980, quando o rendimento médio do brasileiro recuou 0,5% em relação aos dez anos imediatamente anteriores.

Gráfico 1



Fontes: Ipeadata, IBGE, Goldman Sachs Global Investment Research

O banco americano Goldman Sachs registra o PIB per capita brasileiro, a divisão de todos os bens e serviços produzidos no país pelo número de habitante, já ter caído 0,3% entre 2011 e 2018. Veja o gráfico 1. Entre 1981 e 1990, o recuo havia sido de 0,5%. Os anos 1991-2000, na Era Neoliberal, a média anual foi de apenas 0,9%. Na Era Social-desenvolvimentista, predominante nos anos 2001-2010, elevou-se para 2,5%.

A média de variação anual do PIB per capita, desde o início do século XX, é estimada em 2,4%, ou seja, as duas primeiras décadas do século passado, durante a República oligarca-liberal, e quando predominou política econômica neoliberal ficaram abaixo dessa média. Daí surge uma primeira hipótese para o baixo crescimento após 1980: *a ausência de um Estado desenvolvimentista ou intervencionista diretamente na produção.*

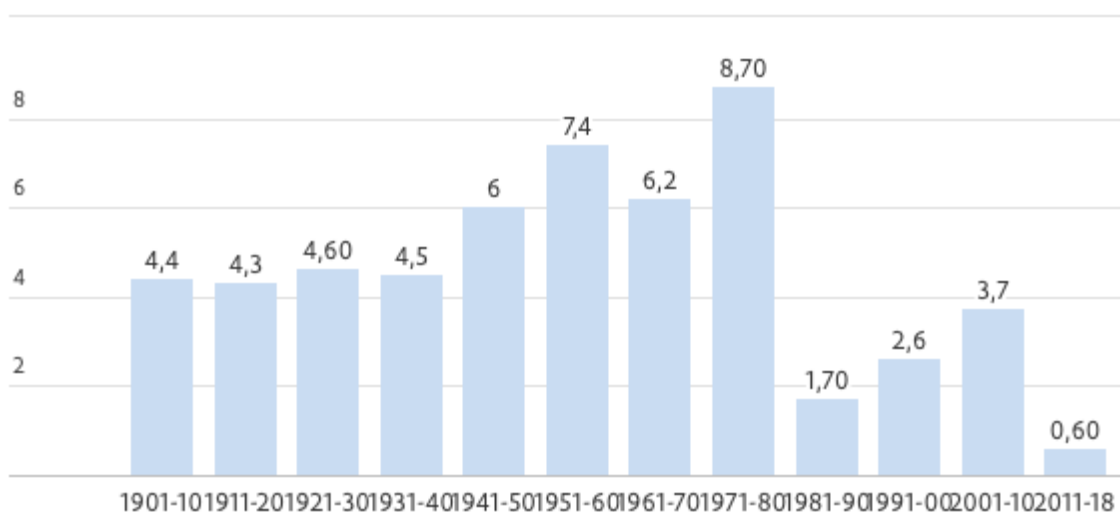
Após ser a economia com maior crescimento até 1980, o crescimento da renda real per capita despencou durante as últimas quatro décadas. Nesse período (1981-2020), o crescimento real do PIB per capita deve ficar, na média, perto de 0,8%, estima o banco norte-americano. Nesse ritmo, levariam 87 anos (ou quatro gerações) para se dobrar a renda real per capita dos brasileiros.

A contração de 2015-2016 foi a mais profunda por dois anos consecutivos em mais de cem anos, inclusive 1930-1931, após o *crash* de 1929 nos Estados Unidos. O crescimento do PIB depois do golpe de 2016 também decepcionou nos últimos dois anos: 2017-2018.

Gráfico 2

Desempenho, em %

PIB real PIB real per capita



Fontes: Ipeadata, IBGE, Goldman Sachs Global Investment Research

A média anual do PIB real, desde o início do século XX, é estimada em 4,4%. Veja o Gráfico 2. Entretanto, quando o Brasil tinha a economia com maior crescimento sustentado em longo prazo, no mundo, de 1901 a 1980, essa média foi 5,5% – e a do PIB per capita 3,2% aa. Em contraste, após esse período desenvolvimentista, as médias de ambos caíram para, respectivamente, menos da metade (2,3%) e de um terço (1%).

Embora seja tentador se satisfazer ideologicamente com essa primeira hipótese – *presença ou ausência de um Estado desenvolvimentista* –, temos de ter cuidado com a leviandade, lembrando-nos do sempre citado aforismo “para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada” (H. L. Mencken, “*The Divine Afflatus*” in *New York Evening Mail*, 16 November 1917).

Não bastará a reforma da Previdência Social para “restaurar o estado de confiança empresarial”. As decisões de investimento das empresas não-financeiras dependem de fatores objetivos: grau de endividamento, lucro com o ritmo de vendas, grau de utilização da capacidade produtiva, inovação tecnológica e oferta de mão-de-obra.

O ministro de Economia não aponta sequer o mecanismo de transmissão entre a esperada queda de gastos previdenciários (apenas em longo prazo) e a necessidade imediata de substituição dos gastos privados por gastos em investimentos públicos. Aqueles estão inibidos pelas expectativas empresariais pessimistas quanto aos determinantes do investimento.

Ajuste fiscal se fará durante um crescimento sustentado – e não em recessão econômica. Com a retomada do crescimento, todos indicadores em relação ao PIB melhorarão, inclusive porque a arrecadação fiscal e a previdenciária aumentarão.

Sua lógica de banqueiro de negócios só lhe permite pensar em vender o patrimônio público para resgatar a títulos de dívida e propiciar boas oportunidades para seus ex-parceiros. Mas isso será só troca de propriedades, ou seja, apropriação de valor sobre os ativos já existentes sem adicionar valores e gerar novos empregos.

Abordagem da Demanda Externa

Uma primeira hipótese para investigação da estagnação da economia brasileira diz respeito à prioridade assumida como objetivo pela política econômica, seja pela força dos fatos, seja pela força política, como fossem alternativas incompatíveis entre si: *ou crescimento ou estabilização inflacionária*. A meta de inflação tem predominado.

No fim do regime militar, as duas maxidesvalorizações da moeda nacional – em dezembro de 1979 e fevereiro de 1983 –, justificadas para obter um superávit comercial

e pagar o serviço da dívida externa, contraída durante o milagre econômico brasileiro, além da reciclagem dos petrodólares, alteraram o patamar inflacionário. A taxa de inflação de 70% ao ano, na segunda metade nos 70's, foi para 110% e daí para o patamar inercial de 220% após os choques cambiais.

Desde o fim do regime ditatorial, deixando tal “herança maldita”, além da “crise do *subprime* brasileiro” (“*avant la lettre*”), toda a prioridade foi concedida à estabilização da moeda nacional. Justificava-se antes: o regime de alta inflação era incompatível com qualquer planejamento em termos reais e levava à perda do poder aquisitivo dos detentores da moeda *strictu sensu*. Esta era a “moeda dos pobres” sem conta bancária e, em consequência, sem proteção contra a inflação, em favor da “moeda dos ricos”, a quase-moeda indexada. Bancos lucravam com a captação sem correção monetária e a aplicação com ganho inflacionário.

Essa prioridade anti-inflacionária se prolonga desde então, mesmo depois da troca monetária por uma moeda indexada ao dólar, no Plano Real, e sua relativa estabilização em uma banda cambial. A nova escalada inflacionária pela depreciação da moeda nacional em 2002 foi combatida com uma forte política econômica contracionista em 2003, para evitar a queda do salário real e obter a confiança dos detentores do estoque de riqueza líquida no governo de origem trabalhista.

A partir do segundo semestre do primeiro governo Lula, os bancos públicos passaram já a estimular o crescimento econômico com crédito. Foi reforçado em 2004 pelo lançamento do crédito direcionado e, depois de 2005, pela retomada do crédito imobiliário, fora os incentivos fiscais concedidos aos bens de consumo durável.

No entanto, a diretoria ortodoxa do Banco Central do Brasil, presidida por Henrique Meirelles e composta com representantes de O Mercado, abortou aquela retomada promissora no segundo semestre de 2004. A experiência “oficiosa” de um Banco Central independente, de fato, mas não de direito, evidencia: não haverá solução unilateral, tanto no déficit nominal do setor público (-7,3% do PIB sendo -6% do PIB em pagamento de juros no 1º trimestre de 2019), quanto na tendência à apreciação da moeda nacional, enquanto o juro for uma variável sob o livre arbítrio de sua diretoria composta por economistas ortodoxos, sem pluralismo de ideias.

Ela, costumeiramente, provoca a disparidade entre a taxa de juros interna e a externa e eleva o cupom cambial. Concentra riqueza financeira, inclusive com o conflito de interesses ao “legislar em causa própria”. Falta-lhe o *mandato dual*, ou seja, limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego.

Com o contumaz “*stop-and-go*” da política monetária o PIB se tornou muito flutuante ou sem sustentação tal como um “voo-de-galinha”. Sua dinâmica está colada nas flutuações do consumo (64% do PIB) e não tanto nas grandes oscilações das taxas

do investimento, multiplicadoras da renda recebida, um dos impulsionadores do consumo junto com o crédito. Na chamada “Nova Matriz Macroeconômica”, a FBCF de 2010 a 2014 se manteve acima do patamar de 20% do PIB. Mas, desde a volta da Velha Matriz Neoliberal em 2015, caiu já no ano seguinte para o patamar de 15% do PIB.

As exportações líquidas, isto é, descontadas das importações, constituíram um saldo muito diminuto, mesmo em período quando se inflava a “bolha de *commodities*” (de setembro de 2001 a setembro de 2011) pelo efeito China. Houve superávits comerciais crescentes de 2001 (US\$ 2,7 bilhões) a 2006 (US\$ 46,5 bilhões) e queda progressiva desses saldos positivos até atingir um déficit comercial em 2014 (-US\$ 3,9 bilhões). Com a grande depreciação da moeda nacional em 2015 e a crise recessiva no biênio 2015-16 (-7,2% no PIB) o superávit comercial em 2016 atingiu US\$ 45 bilhões, US\$ 64 bilhões em 2017 e US\$ 53 bilhões em 2018, mas foi incapaz de sustentar uma elevação da taxa de crescimento econômico.

A corrente de comércio brasileira (soma das exportações e importações) cresceu 13,7% em 2018. As exportações alcançaram US\$ 239,5 bilhões enquanto as importações registraram US\$ 181,2 bilhões. O saldo comercial teria ficado em US\$ 58,3 bilhões, segundo a COMEX, o segundo melhor desempenho registrado desde 1989.

No ano de 2018, as exportações cresceram 9,6% e registraram a maior cifra dos últimos cinco anos. As importações aumentaram 19,7% e atingiram o maior valor desde 2014. A corrente de comércio foi de US\$ 420,7 bilhões, superando em US\$ 52 bilhões o resultado de 2017 e atingindo o maior valor desde 2014, quando somou US\$ 454 bilhões. Comparada com o PIB de 2018 (US\$ 6.827,6 bilhões), essa corrente representa só 6,1%.

O aumento das exportações se deu pelo segundo ano consecutivo após sucessivas quedas entre 2012 e 2016. O valor de US\$ 239,5 bilhões, exportado em 2018, aproxima-se do nível de 2013, quando foram exportados US\$ 242 bilhões. O Brasil situa-se em 23º lugar no ranking dos países exportadores, abaixo dos países ricos, asiáticos e um árabe. Exporta o equivalente a 2/3 do valor exportado pelo México, integrado no NAFTA: US\$ 360 bilhões.

A economia brasileira é muito fechada (baixa relação entre o fluxo de comércio exterior e o PIB) se comparada com às dos países ricos acima da linha do Equador. Com a globalização, suas economias se tornaram interdependentes, demonstrando a busca de autossuficiência nacional não ser o caminho para a prosperidade.

Quando se analisa a decomposição do crescimento do PIB, desde 2007, a contribuição em pontos percentuais (p.p.) da demanda externa só foi positiva em 2014 (0,1 p.p.), 2015 (2,7 p.p.), 2016 (1,6 p.p.) e 2017 (0,1 p.p.). As Contas Nacionais do IBGE

revelam a demanda interna ter dado em todos os anos, exceto no biênio 2015-16, a maior contribuição ao crescimento.

A proposta novo-desenvolvimentista do Brasil adotar o “modelo asiático de exportação”, integrando sua economia industrial ao resto do mundo, parece ser inexecutável apenas com base na depreciação da moeda nacional. Exigiria um choque cambial de tamanho extraordinário, com consequência inflacionária, seguido de choque de juros. A reação ao choque de preços básicos seria de elevação dos custos salariais e dos custos de bens intermediários, destacadamente dos importados, possivelmente pelo “esmagamento de lucros” retirando a vantagem cambial inicial dos exportadores.

O modelo da industrialização, na fase nascente, predominante no desenvolvimento anterior a 1980, com “capitalismo de compadrio” e reserva do mercado interno nacional, pós-tudo, também tem de ser repensado. Isso porque, em 2018, a indústria de transformação representou apenas 11,3% do PIB, isto é, quase a metade dos 20% registrados em 1976 a preços constantes. O setor industrial vem perdendo participação no PIB do Brasil desde os anos 1980. Pior, não oferece empregos suficientes para atender o antes chamado “exército industrial de reserva”.

Segundo o IEDI, Entre 1980 e 2016, o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média de 2,17% ao ano (a.a.) e a sua população a 1,47% aa. Logo, o valor adicionado bruto da indústria de transformação cresceu apenas 0,66% aa. Por consequência, houve declínio relativo da indústria na economia do país e queda do PIB manufatureiro per capita.

Devido principalmente à industrialização na China, não houve retrocesso da indústria na estrutura produtiva mundial. Para o “Mundo exceto China”, o peso da indústria de transformação no PIB (a preços constantes) regrediu somente 1% entre 1980 e 2015, enquanto no Brasil este declínio chegou a 42%: caiu de 23% para 13,3%.

Antes do fracasso da industrialização brasileira, dado o seu retrocesso relativo, a indústria brasileira manteve-se em seu auge durante pouquíssimo tempo: apenas 8 anos (1973-1980). Em contraste, a manufatura dos Estados Unidos manteve-se em seu auge por 20 anos (contribuindo para 26% do PIB em média em 1947-1966) ou por 40 anos se considerar sua participação no emprego total.

A participação brasileira na exportação global é muito diminuta: 1,2%, pouco acima da parcela de 0,9% na importação global. Há uma concentração progressiva inequívoca de *commodities* na pauta de exportação brasileira desde o início da década passada.

A participação de sete produtos em relação ao total exportador se elevou de 25,2% no ano 2000 até 51,4% em 2011, quando ocorreu a explosão da “bolha de *commodities*”. Mas, desde então, tem mantido uma faixa entre a mínima de 45,4% em

2016 e a máxima de 50,2% em 2018. Neste último ano, a participação de cada um desses sete produtos no total pela ordem foi: complexo soja (17%), petróleo (10%), minério de ferro (8%), complexo carne (6%), celulose (4%), açúcar (3%), e café (2%).

É interessante destacar, sem serem *commodities*, materiais de transporte se colocaram no segundo posto do *ranking* de todas as exportações brasileiras com 12% de participação. Outros manufaturados também se destacaram: metalúrgicos (7%), químicos (6%), equipamentos mecânicos (4%), elétricos-eletrônicos (1%).

Nesse sentido, há de reconhecer certa diversidade setorial da economia brasileira. Ela se tornou bastante distinta de sua fase da monocultura cafeeira, quando se caracterizava como primário-exportadora.

Cerca de 27,5% das exportações brasileiras estão destinadas à China. Uma intensificação das tensões comerciais entre os EUA e a China pode cortar 0,7% da expansão econômica global entre 2019 e 2022, afetando todo o mundo. O alerta é da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu Relatório de Perspectivas Econômicas.

O comércio global cairá ainda mais. Isso afetará todo o mundo, incluindo os consumidores norte-americanos, porque pagarão mais por produtos. O Brasil poderia ganhar com o conflito em um primeiro momento, ao substituir *commodities* agrícolas norte-americanas, mas no longo prazo também perderia, porque outros parceiros comerciais passariam a comprar menos.

O índice de atividade de compras do setor industrial está próximo de zero, em nível mundial, enquanto há expansão no setor de serviços. Há contração em novas encomendas para exportações. Porém, indústria e serviços não trabalham isoladamente. Mais de um terço das exportações de manufaturados vem da área de serviços. Se a produção industrial não vai bem, o multiplicador de renda cairá e os consumidores vão comprar menos serviços.

Haverá uma propagação da desindustrialização, inclusive atingindo a China. Com o envelhecimento demográfico e uma convergência com países desenvolvidos, a economia chinesa vai crescer abaixo de 6% ao ano, como esteve crescendo recentemente. A China contribui com um terço do crescimento mundial.

A China assumiu o papel da “fábrica do mundo”. Terá o Brasil de aceitar passivamente seu papel de “fazenda do mundo”, na divisão internacional do trabalho, isto é, das especializações em determinadas atividades econômicas? Aumentará a produtividade com foco prioritário no “*core business*” nacional?

A tese da “vocação agrícola” saiu, afinal, vitoriosa na história econômica brasileira? Eugênio Gudim venceu Roberto Simonsen nas controvérsias entre “dirigismo” e “liberalismo econômico”? Entre os benefícios da industrialização, em economia

essencialmente agrícola, e as vantagens de uma maior especialização no âmbito da divisão internacional do trabalho? Entre “protecionismo” para certas “indústrias nascentes” com vistas à industrialização e “livre comércio”? Entre participação direta ou indireta do Estado na economia e o “*laissez-faire*”? A atual economia brasileira rastejante não parece demonstrar uma vitória inequívoca para nenhum dos lados.

Os economistas brasileiros necessitam superar essa disjuntiva mental. Entre O Estado e O Mercado está A Comunidade. Devemos planejar uma economia voltada para geração de ocupação e renda desse terceiro pilar com foco principal em educação e saúde.

Abordagem do Mercado Interno

Não se pode esquecer: o Brasil tem 8,4 Km², o quinto maior território no mundo, um PIB nominal de US\$ 1,9 trilhão, uma participação de 2,5% no PIB global. Seu PIB por PPC (Paridade do Poder de Compra) é de US\$ 3.248 bilhões (abaixo de China, Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha, Rússia, Indonésia, e acima da Inglaterra e França entre os dez maiores). Com a quinta população (210 milhões), seu PIB per capita é estimado em US\$ 14,3 mil, situado em vergonhoso 108º lugar pelo ranking *The World Factbook*. É um país rico com predominância de habitantes bastante pobres. Tem uma pequena elite relativamente rica. Mas por sua dimensão absoluta oferece um mercado interno atraente para ganho de escala de corporações multinacionais.

Seu grau de urbanização (86%) é muito elevado se comparado ao de outros grandes países. Por exemplo, a China tem apenas 58% de sua imensa população em cidades, mas são 804 milhões habitantes urbanos contra 181 milhões no caso brasileiro.

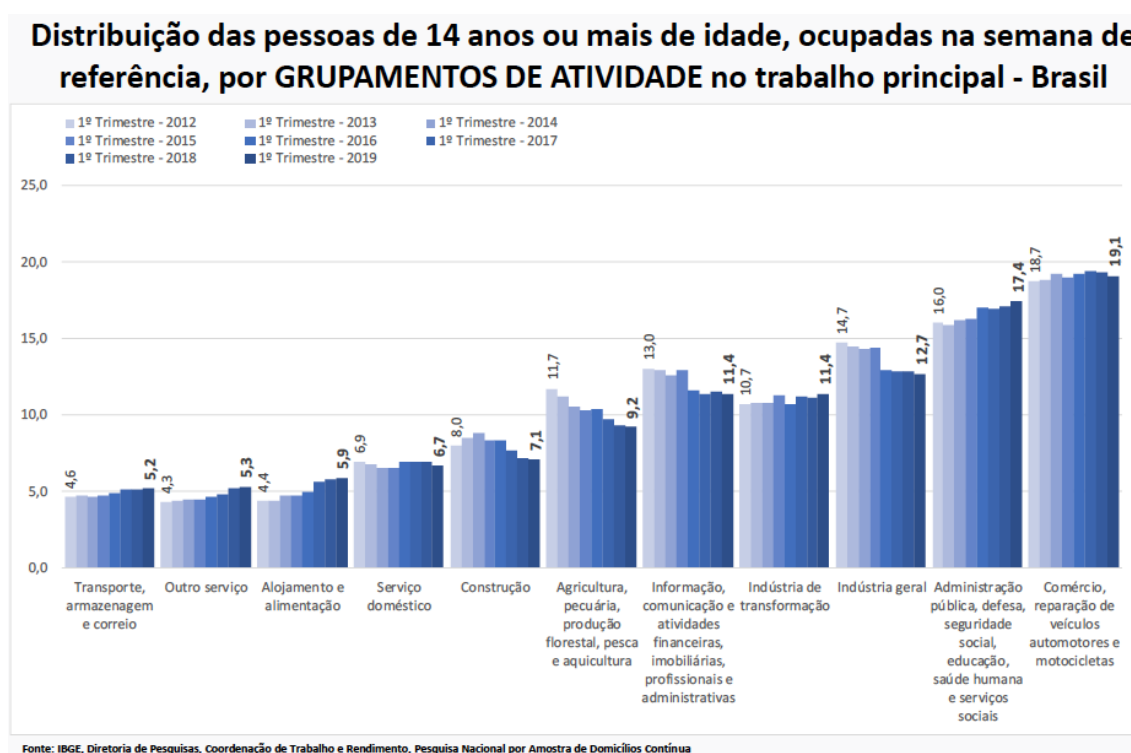
Por essa característica acentuadamente urbana, merece uma atualização o debate público em torno dos potenciais “motores de crescimento” da economia brasileira: serviços representavam 2/3 do valor agregado a preços básicos entre 2000 e 2005, mas nos últimos anos da série histórica da Contas Nacionais já atinge quase ¾: 73,3%. Enquanto isso, a agropecuária se mantém nos últimos dezenove anos em torno de 5% e a indústria geral caiu de 28,5% em 2005 para 21,6% em 2018, sendo a queda da indústria de transformação no mesmo período de 17,4% para 11,3%. O que fazer?

Primeiro, vale retomar uma abordagem estruturalista distinta daquela nacional-desenvolvimentista dos anos 50s quando objetivava apontar a carência de um setor industrial pujante. Agora, os economistas necessitam aprender a analisar o antes considerado Setor Terciário até mesmo em ordem de importância.

Hoje, predominam as atividades de serviços, cuja definição necessita ser revista. Ela se define pela baixa produtividade no encontro de um produtor direto com um consumidor da prestação de serviço, quando é presencial e individual. Mas boa parte

dos serviços passou a ser remota, digital ou virtual – e massiva, por exemplo, na educação à distância.

Gráfico 3



Para dar números à comparação de ocupações por grupamentos de atividade (Gráfico 3), retirando os setores antes considerados “produtivos” – construção (7,1%), agropecuária (9,2%), e indústria de transformação (11,4%) incluída em indústria geral (12,7%) –, no 1º trimestre de 2019, sobravam 71% das ocupações em serviços: transporte, armazenagem e correio (5,2%), outros (5,3%), alojamento e alimentação (5,9%), serviço doméstico (6,7%), informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (11,4%), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (17,4%), comércio e reparação de veículos (19,1%).

Em relação a 2012, registraram quedas de seus percentuais na ocupação total: a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (de 11,7% para 9,2%); a indústria geral (de 14,7% para 12,7%); informação, comunicação e outras atividades terciárias (de 13% para 11,4%); e a construção (de 8% para 7,1%). Esta é uma tendência histórica – queda do “trabalho produtivo” – e não apenas um ciclo conjuntural.

Com a 4ª Revolução Industrial (automatização robótica das fábricas) e a inteligência artificial aplicada a todas as atividades, a tendência tecnológica é de dispensa do trabalho humano. Isso não é esperado apenas em áreas exigentes de conhecimento

digital sofisticado e de cuidadores de crianças, estudantes, doentes, idosos – e da segurança pública. Com o desemprego massivo e a concentração de renda e riqueza em mãos dos acionistas do trabalho robótico, a violência urbana poderá aumentar ainda mais.

No 1º trimestre de 2019, só 21,6% das pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo estavam trabalhando. Menos da metade das pessoas até o ensino fundamental encontraram ocupações. Com ensino médio completo 64% estavam ocupadas. No grupo das pessoas com nível superior completo, o nível da ocupação chegou a 76,4%.

A distribuição da desocupação por nível de instrução mostrava 10% ser a participação de pessoas com Ensino Superior completo e 7% incompleto. Por sua vez, 44% desocupados no Brasil não completaram o Ensino Médio e 39% tinham o completado.

Ao longo da série histórica, a maior taxa de desocupação foi observada no grupo formado por pessoas sem sucesso em completar o Ensino Médio, atingindo 24,1% no 1º trimestre de 2017. Quem completou o Ensino Superior teve sua taxa de desocupação crescente a partir de 2015, mas só atingiu o máximo de 6,9% no 1º trimestre de 2019.

Com essa taxa de desemprego (6,9%), se 10,4% era a participação de graduados na população desocupada, composta por 13,387 milhões de pessoas, por uma “regra de três” se pode deduzir: o total de pessoas com Educação Superior completa estimado pela PNADC era de 20.177.507. Este número era 22% da população ocupada: 91,863 milhões de pessoas. É quase o dobro do registrado no Censo de 2010, mas se justifica porque o número médio de concluintes por ano nesta década ultrapassa um milhão, tendo atingido em 2017, último ano censitário da Educação Superior, 1.199.769.

Tabela 1
Brasil: Emprego segundo escolaridade (2010/16)

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Fundamental Incompleto	Analfabeto	222.251	179.024	168.913	163.039	156.579	158.146	141.402	-10,6%
	Até 5ª Incompleto	1.566.581	1.622.915	1.552.101	1.514.951	1.445.544	1.311.705	1.156.684	-11,8%
	5ª Completo Fundamental	2.001.548	1.949.437	1.802.377	1.684.460	1.537.913	1.383.670	1.212.177	-12,4%
	6ª a 9ª Fundamental	3.447.128	3.419.149	3.294.414	3.200.199	3.021.756	2.737.829	2.437.051	-11,0%
	SUBTOTAL	7.237.508	7.170.525	6.817.805	6.562.649	6.161.792	5.591.350	4.947.314	-11,5%
Fundamental Completo	Fundamental Completo	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286	-8,6%
	SUBTOTAL	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286	-8,6%
Médio (completo ou incompleto)	Médio Incompleto	3.497.540	3.645.611	3.692.042	3.723.884	3.653.295	3.403.809	3.083.820	-9,4%
	Médio Completo	18.443.083	20.017.322	20.996.292	22.137.706	22.851.703	22.588.147	21.896.553	-3,1%
	SUBTOTAL	21.940.623	23.662.933	24.688.334	25.861.590	26.504.998	25.991.956	24.980.373	-3,9%
Superior (completo ou incompleto)	Superior Incompleto	1.819.366	1.899.665	1.901.385	1.879.225	1.869.099	1.852.266	1.786.262	-3,6%
	Superior Completo	7.271.945	7.857.921	8.446.861	9.046.700	9.675.645	9.732.059	9.873.963	1,5%
	SUBTOTAL	9.091.311	9.757.586	10.348.246	10.925.925	11.544.744	11.584.325	11.660.225	0,7%
TOTAL	TOTAL	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	-4,2%

Fonte: MTb/RAIS.

A RAIS, pesquisa sobre emprego formal a partir de declaração das empresas, apresentou empregados em 2016 um número de formados em curso próximo do registrado no Censo de 2010. Confira na Tabela 1.

Tabela 2
Brasil: Remuneração segundo escolaridade – R\$ (2010/16)

ESCOLARIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Até Ensino Fundamental Incompleto	1.544,86	1.608,32	1.687,59	1.756,48	1.779,24	1.716,09	1.737,39	1,2%
Ensino Fundamental Completo	1.702,97	1.714,14	1.792,42	1.859,83	1.876,15	1.802,52	1.821,70	1,1%
Ensino Médio (completo/incomp)	1.966,37	2.016,28	2.027,39	2.091,30	2.093,36	2.016,40	2.018,74	0,1%
Ensino Superior (completo/incomp)	5.547,98	5.676,07	5.714,83	5.788,06	5.768,46	5.572,47	5.458,73	-2,0%
TOTAL	2.609,90	2.739,43	2.766,35	2.854,45	2.904,30	2.830,33	2.852,62	0,8%

Fonte: MTb/RAIS.

Obs.: Deflacionado a preços de dezembro de 2016 pelo INPC/IBGE.

A remuneração média dos profissionais com Ensino Superior (completo ou incompleto) é três vezes superior à de quem tem apenas o Ensino Fundamental completo e quase isso (2,7) em relação à de quem tem o Ensino Médio (completo ou incompleto) segundo a RAIS. Veja na Tabela 2.

Na distribuição de 91,863 milhões pessoas ocupadas por posição na ocupação do trabalho no 1º. Trimestre de 2019, segundo a PNADC, 47,9% (44 milhões) eram empregadas no setor privado, 6,6% (6,1 milhões) eram trabalhadores domésticos, 12,4% (11,4 milhões) trabalhavam no setor público, 4,8% (4,4 milhões) como empregadores, 25,9% (23,75 milhões) por conta própria, e 2,4% (2,1 milhões) como trabalhadores familiares auxiliares. Se compara os rendimentos médios reais habituais dessas pessoas ocupadas, destacam-se como maiores o de empregador com CNPJ (R\$ 6.111) e o de militares e funcionários públicos estatutários (R\$ 4.169).

O rendimento médio de todos os trabalhos era R\$ 2.291 no 1º trimestre de 2019 contra R\$ 2.146 no início da série história da PNADC no 1º trimestre de 2012. Quem tinha apenas ensino médio receberia essa média dos rendimentos dos trabalhadores ocupados e estava limitado à faixa de renda até 80% da pirâmide social. Metade dos trabalhadores recebiam até R\$ 1.171, ou seja, somente até 17% acima do salário mínimo.

A dedução óbvia, para o social-desenvolvimentismo, é a necessidade priorizar a manutenção da política pública de massificação do Ensino Superior. Ela propiciará não só a capacitação profissional requisitada ao enfrentamento dos desafios da atual revolução tecnológica, mas também a mobilidade social adequada à ampliação do mercado interno necessário à sustentação do crescimento econômico em longo prazo.

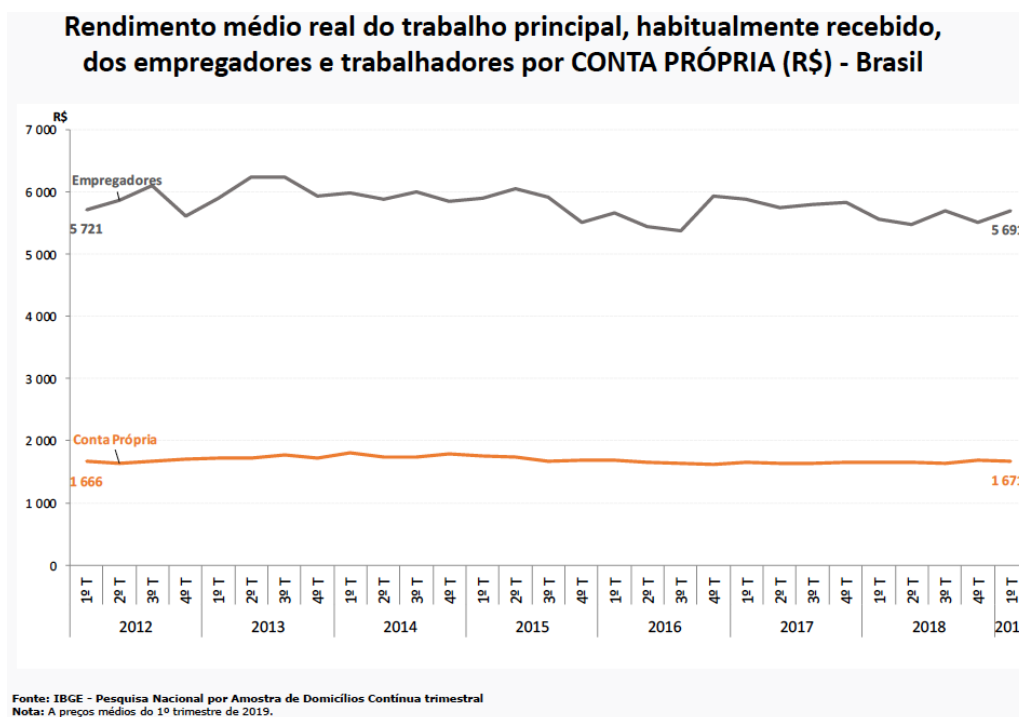
Essa Educação Superior não deve mais só focalizar a formação de futuros assalariados, inclusive com a cultura de Sociologia e Filosofia, indispensável em ensino

de excelência. Neste se forma não apenas profissionais para empresas, mas cidadãos pensantes, autônomos e completos. É necessário também complementar a formação com noções de criatividade e empreendedorismo. Vivenciamos agora um mundo de *startup*: um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável.

Segundo dados do *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*, aumentou a parcela de jovens (de 18 a 24 anos) entre os empreendedores no Brasil em 2018. Ano passado, essa faixa etária representava 22,2% do total, contra 17,1% em 2013. Ampliando-se a faixa etária até os 34 anos, representam 50,5% do total de empreendedores no país.

Aumentou também a quantidade de pessoas empreendedoras *por oportunidade de negócio*: 61,8% em 2018 contra 56,5% em 2015. Em contraposição, 37,5% abriram um negócio *por necessidade de enfrentamento da crise econômica*.

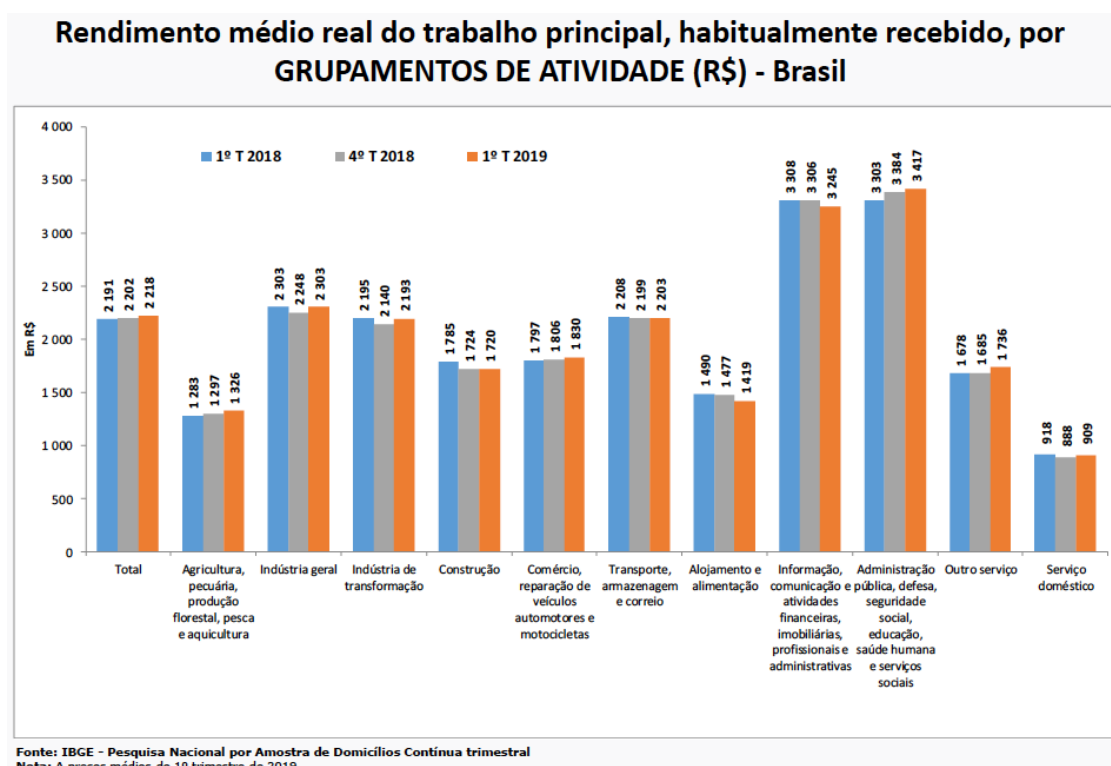
Gráfico 4



Em 2012, os trabalhadores por conta própria somavam cerca de 20,5 milhões. No 1º trimestre de 2019, alcançaram 23,750 milhões, ou seja, mais de três milhões. Veja no Gráfico 4 a diferença entre as remunerações médias dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores. A criação de empreendimentos visa gerar empregos para outros e melhor remuneração para os empreendedores.

Observe, no Gráfico 5, os maiores rendimentos médios se encontrarem em grupamentos de atividade ligados aos serviços urbanos, cujos requisitos para progresso profissional exigem conhecimentos adquiridos em Educação Superior.

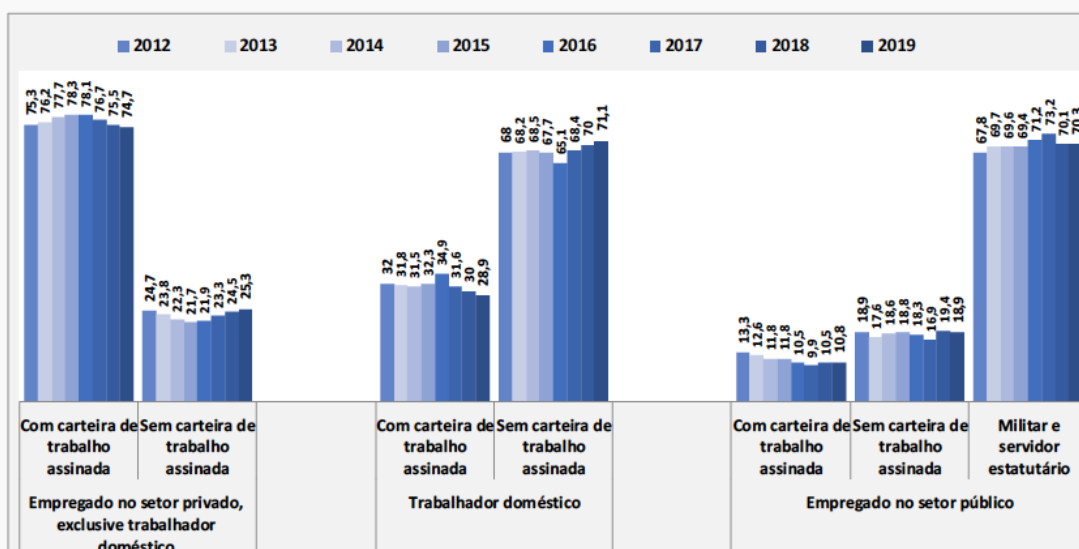
Gráfico 5



Os melhores empregos, considerando a formalização em termos de carteira de trabalho assinada e o direito à estabilidade dos militares e servidores públicos, se encontram nos serviços públicos. Os servidores são selecionados em concursos públicos.

Gráfico 6

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por categoria do emprego no trabalho principal - Brasil 1º Trimestre



No futuro se vislumbra o aumento do desemprego tecnológico no setor privado, a concentração de riqueza nas mãos de acionistas de empresas digitais e/ou robóticas, a expansão da tributação progressiva sobre a propriedade ou a riqueza, para se pagar um “Renda Universal Básica” para os desocupados sobreviverem sem elevação da violência urbana. Os *bens básicos universais*, isto é, aos quais todos os cidadãos deveriam ter acesso, serão: saúde, segurança (pública e econômica), personalidade (moradia própria), respeito (educação superior para tolerância mútua e civilidade), harmonia com o meio-ambiente natural, afetividade e lazer criativo, ou seja, atividade criativa em lugar de trabalho alienante.

Quando a capacidade produtiva industrial estará ultrapassando a capacidade de consumir, haverá a migração massiva de trabalhadores para se transformarem em prestadores de serviços pessoais: “cuidadores”. Para não se transformarem em meros consumidores passivos, na “desocupação criativa” não viveriam à espera do tempo vazio do lazer passivo e da aposentadoria, mas sim usufruiriam do tempo liberado com a diminuição de um dia na jornada de trabalho semanal para uma vida ativa de outra natureza.

A socialização da produção exige o trabalho ter características intercambiáveis com as máquinas. Resulta em alienação em relação ao produto do trabalho. A utopia, isto é, a crítica a essa realidade, projeta alcançar uma atividade social autodeterminada na qual cada pessoa definirá, soberanamente, as modalidades e o objeto, o toque pessoal, inimitável, capaz de imprimir sua marca particular ao objeto de trabalho criativo.

A transição para esse novo modo de produção (e de vida) supõe uma ação consciente ao mesmo tempo no nível da sociedade civil organizada (famílias, associações, cooperativas, etc.), do movimento dos trabalhadores sindicalizados, ou seja, da Comunidade, para via forças políticas defender seus interesses próprios frente ao Estado e ao Mercado.

O “capitalismo de compadrio” por parte dos bancos públicos com grandes corporações tem de ser repensado. Incentivá-las a captar recursos via debêntures no mercado de capitais, só propiciando taxas de retornos alavancadas em novos projetos estratégicos de infraestrutura. O crédito público deve priorizar a concessão de maior escala às MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas) de empreendedores inovadores.

Além disso, o financiamento habitacional, cuja demanda para cobrir o déficit é perene, é crucial para a retomada do crescimento. Esta não depende da pressuposta panaceia por conta da “volta da confiança empresarial pela reforma da Previdência”. É necessário deixar de ser psicólogo econômico para analisar a economia como sistema complexo, no caso, tratar objetivamente o complexo de inferioridade do Brasil perante o resto do mundo.

Mobilidade Social via Ensino Superior: Plano de Vida Frustrado

O atraso cultural de nosso País se revela pela história brasileira da formação tardia da casta dos sábios-universitários. Ela se diferencia da casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes de outrora – e dos sabidos-pastores evangélicos de agora.

Antes da “modernização conservadora” da ditadura, ocorrida após o Golpe Militar de 1964, só se formaram 19.049 profissionais universitários em 1963. No total acumulado em 35 anos (1963-1998), tinham se formado 5.954.028 universitários no País. No fim do século XX, possuía a população total de 169,5 milhões de habitantes. Essa minoria, por alguns classificada como a “elite intelectual”, era apenas 4% da população.

Em 1950, para a população de 15 anos ou mais, a Coréia do Sul tinha 1,5% com alguma educação superior, enquanto no Brasil essa porcentagem correspondia a 0,7%. Em 2005, essa parcela de graduados se eleva para 32,5% na Coréia do Sul, enquanto no Brasil, apenas para 6,3% (*Barro & Lee Educational Attainment Dataset*).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2017, divulgado pelo MEC (Ministério da Educação), o país tinha 8,3 milhões de alunos em cursos de nível superior (presencial e a distância), contra 5,3 milhões em 2007 – crescimento de 68%. As instituições privadas registraram 6,2 milhões de alunos matriculados nos cursos presenciais e de educação à distância. Nas universidades públicas estavam 25% dos estudantes universitários.

O ensino a distância tem registrado expansão nos últimos anos e já representa 21,2% do total de alunos — em 2007, era apenas 7%. Nos cursos presenciais, a procura costuma ser pela qualidade, reputação da universidade e por vocação para a área. A média de preços, nas instituições privadas presenciais, é de R\$ 1.009, enquanto no ensino a distância é de cerca de R\$ 295. Pior, o custo no FIES (Financiamento Estudantil), elevado pelos neoliberais, dificulta a entrada de novos universitários.

As características socioeconômicas dos estudantes do ensino superior brasileiro foram analisadas em tese de doutorado recém-defendida pela economista Ana Luíza Matos de Oliveira no IE-UNICAMP. Com base na PNAD do IBGE, ela analisou dados de alunos de faculdades tanto públicas como privadas. Os resultados mostram, apesar da importante persistência de desigualdades, o perfil dos alunos de graduação se aproximou cada vez mais do da população em geral entre 2001 e 2015, tanto no quesito renda como nos de cor e de diversidade regional, nas universidades públicas e nas faculdades particulares.

Há 18 anos, apenas 21,9% dos universitários eram pretos ou pardos. Em 2015, esse percentual chegou a 43,5%. Pretos e pardos são 53,4% da população brasileira. Em

2001, os estudantes de graduação entre os 30% de maior renda familiar do país eram 82% do total do alunado. Em 2015, eram 51,5%.

Em 2016, porém, a tendência de redução da desigualdade é revertida, em meio ao golpe político, a crise econômica e os cortes no Orçamento pelos neoliberais. Se a participação dos negros segue em alta, principalmente devido à intensificação de políticas afirmativas, de 2016 para 2017 a distância entre os 30% mais ricos e os 70% mais pobres mais pobres aumentou no ensino superior.

Porém, para a Ana Luíza Oliveira “as políticas públicas são fundamentais para uma adequada política educacional, porque os mais pobres têm menos condição de arcar com a universidade”. Ela cita programas como o FIES, financiamento para pagar as matrículas; o PROUNI, troca bolsas em vagas de faculdades particulares por isenção tributária (em vez de sonegação); o REUNI, programa de expansão das vagas em universidades federais; e as cotas para negros e para indígenas.

Para testar essa hipótese, ela pesquisou o caso da Índia, onde também houve expansão de vagas, mas não foram implantadas políticas complementares. Com isso, a desigualdade de acesso ao ensino superior aumentou no país.

Quanto à quantidade de alunos concluintes, atingiu 1,19 milhão em 2017, considerando as modalidades presencial e a distância. Apenas o Censo a ser realizado em 2020, caso não seja também cortado pelo governo do capitão, revelará um número preciso, mas o TSE divulgou 13,4 milhões de eleitores formados em Ensino Superior em 2018. Na população ocupada representariam apenas 15% dos trabalhadores.

Se os cortes em verbas públicas obrigatórias para a Educação não forem revertidos, levará a maior concentração de renda. O Brasil é um dos países do mundo onde a conclusão de uma graduação resulta em maior ganho salarial.

Segundo a PNADC, o rendimento médio real habitual de pessoas ocupadas no primeiro trimestre de 2019 estava em R\$ 2.291. A RAIS (MTb) apontava a remuneração média em dezembro de 2016 por escolaridade com Ensino Médio Completo e Incompleto em R\$ 2.018. Pela PNADC 2017, rendimentos do trabalho em R\$ 2.246 correspondiam ao decil entre 70% e 80% na distribuição de renda. Então, quem tinha apenas ensino médio receberia a média dos rendimentos dos trabalhadores ocupados e estava limitado à faixa de renda até 80% da pirâmide social. Metade dos trabalhadores recebiam até R\$ 1.171, ou seja, somente até 17% acima do salário mínimo.

Ao completar o Ensino Superior, quem exerce a profissão na qual se formou já entra na faixa dos 10% mais ricos. Entre 90% e 95% recebem rendimentos médios de R\$ 5.214. Com um doutorado passa a integrar a faixa entre 95% e 99% com média salarial

de R\$ 9.782. Com todos os títulos acadêmicos poderá ingressar no 1% mais rico ao receber em torno de R\$ 27.213. São valores fornecidos pela PNADC 2017.

Segundo o Censo 2010, entre o 1% mais rico, 62% eram graduados, embora na população ocupada em geral fossem apenas 14%. Além desses, estavam os mestres com 9% entre o 1% mais rico e 0,7% no geral e os doutores, 5% no top e 0,1% no geral.

Apenas 0,1% de trabalhadores analfabetos ou com primário completo entraram no 1% com maior renda; 0,2% com primário completo ou médio incompleto; 0,5% com médio completo ou universitário incompleto. Por sua vez, 4% com superior completo, 13% dos mestres e 19% dos doutores se situam entre o 1% mais rico.

Quanto às profissões, 15% dos participantes do topo da pirâmide trabalhavam em Administração, Negócios e Economia acima de 11% de médicos. Porém, aqueles eram 97 mil, face a 3,6% no total, enquanto médicos eram 69 mil, face a 0,4% do total. Cerca de 29% dos 241 mil médicos atingiram a faixa 1% mais rica, enquanto apenas 4% dos 2,2 milhões de trabalhadores com negócios entraram nessa faixa top.

Segundo as DIRPF 2017-AC 2016, no ranking das 10 ocupações com maior rendimento per capita mensal não só do trabalho como também de outras fontes (financeiras, imobiliárias, etc.), apenas “Atleta e Desportista” apareceu sem exigência de diploma em Ensino Superior. Ficou em 10º lugar. As demais, pela ordem, Titular de Cartório, Procurador e Promotor, Membro do Poder Judiciário e Tribunal de Contas, Diplomata, Médico, Advogado do Setor Público, Servidor do Banco Central, CVM e SUSEP, Auditor e Fiscal, Piloto de Aeronaves e Comandante de Embarcações, exigem graduação.

Evidentemente, para dispensar o diploma, basta ser um empreendedor bem-sucedido. A distribuição da remuneração média por diretor de metade das Sociedades Anônimas apontava, em 2017, um diretor receber R\$ 1,4 milhão por ano em rendimentos fixos (R\$ 116 mil / mês), R\$ 1,036 milhão em renda variável (bônus), R\$ 535 mil em ações e R\$ 244 mil em outros (*free benefits*). A remuneração média totalizava R\$ 3,2 milhões, enquanto a mediana de rendimentos fixos era R\$ 1,2 milhão e variáveis, R\$ 615 mil. Só.

Um dos 150 mil capitalistas, isto é, dependentes apenas de rendimentos do capital, inclusive aluguéis, pelas DIRPF 2017, recebia em média per capita R\$ 19.409 / mês. Os 406 mil membros ou servidores públicos da administração direta federal recebiam 80% desse valor com a média per capita de R\$ 15.445 e empregados de empresas estatais 2/3 desse valor (R\$ 12.763). Demais castas de natureza ocupacional declarantes do imposto de renda ganhavam per capita menos da metade dos capitalistas: inativos 40%, governantes 44%, militares 38%, sábios profissionais liberais

ou autônomos 37%, e trabalhadores 37%. Sem dúvida, a ocupação mais rica é a de capitalista. Se teve a “sorte do berço” com fortuna herdada, nem precisa estudar...

Quando se analisa a riqueza financeira per capita, calculada através dos dados da ANBIMA sobre segmentos de clientes, em março de 2019, a estratificação social brasileira fica ainda mais clara. Nossa sociedade pode ser dividida nos seguintes estratos. Há 144 milhões de depositantes de poupança. Mas, para não distorcer as estimativas, desconsidera-se 82 milhões deles com menos de R\$ 100 na conta de poupança, cujo saldo médio dá R\$ 15. Considerando 62 milhões com saldo médio de R\$ 11.688, em conjunto, acumulavam, em março de 2019, R\$ 725 bilhões, ou seja, um grande *funding* para financiamento da casa própria para a classe média.

Cerca de 65% da carteira de ativos financeiros do varejo tradicional é composta de depósitos de poupança – em média per capita de R\$ 10.274. Excluindo-os e considerando apenas fundos de investimentos e títulos e valores mobiliários, os 8 milhões de clientes desse segmento têm em média R\$ 41.500. Os 4 milhões do varejo de alta renda, R\$ 195.203, e as 122 mil pessoas clientes do *Private Banking*, R\$ 9,2 milhões. Suas 56.508 famílias possuem em média R\$ 19,9 milhões. Não por acaso, o total de 12,3 milhões desses clientes é um número próximo dos 13,4 milhões diplomados em Ensino Superior. No caso, a correlação parece ser causalidade.

Alavancagem Financeira: Limite para novo Ciclo de Endividamento e Investimento

Marx e a literatura de esquerda destacam na formação do capitalismo a *revolução industrial*, talvez por causa do surgimento de operários capazes de se organizarem em sindicatos e partidos, e não a *prévia revolução financeira*, ocorrida originalmente na Holanda do século XVII. Até hoje parte da esquerda se comporta como os cristãos medievais antissemitas e contra os usurários (e/ou rentistas) na hora de pagar juros de dívida.

Os holandeses não tinham uma Monarquia Absolutista. Os governos do Estado e das cidades eram administrados por mercadores e outros burgueses – moradores das cidades – voltados para os negócios, então, cidadãos de classe de renda média. As leis locais favoreciam a iniciativa privada. Os impostos eram diminutos. As receitas arrecadadas eram gastas em investimentos ligados aos negócios, como melhorias no porto, em vez de ir para os cofres privados de nobres dinastias.

Havia poucas barreiras de classe ou religiosas impeditivas de um homem comum para abrir um negócio. Qualquer filho de agricultor imigrante, judeu fugindo da Espanha, Quaker da Inglaterra ou luterano da Alemanha era bem-vindo para aplicar seu dinheiro em um empreendimento comercial na economia local.

A arte de vender é um sentimento de empatia — uma abordagem, uma atitude, um sentimento a respeito de um comprador para se colocar no lugar dele e fazer uma proposta adequada. Alguns homens têm, outros não, independentemente de seu nível de ensino. O capitalismo comercial “pacificou” o mundo, relativamente ao passado medieval, em lugar da conquista de territórios alheios pela morte dos proprietários. Quando surgiu a divisão de trabalho perdeu o sentido matar os fornecedores!

No entanto, a Companhia das Índias Orientais, fundada em 1602 por holandeses, assim como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, fundada em 1621, tinha navios com capacidade bélica contra os piratas. Ambas estabeleceram colônias em busca do comércio de especiarias das Américas do Sul e do Norte, África, Índia e outros lugares distantes. Invadiram a colônia portuguesa nas Américas, entre 1624 e 1654, quando Portugal estava sob o reino espanhol, inimigo do holandês. Foram as primeiras corporações constituídas por ações. Para financiar os navios, os holandeses começaram a desenvolver uma bolsa de valores rudimentar em Amsterdam. Mais adiante, criaram o primeiro Banco Central.

A maior descoberta holandesa foi verdadeira *revolução financeira*: para se conseguir dinheiro a melhor maneira é lidar diretamente com o próprio dinheiro, em vez de acumulá-lo, indiretamente, através da negociação de bens e serviços. Os holandeses do século XVII exploraram o percurso direto para a riqueza através do manuseio do dinheiro, de modo a controlar seu fluxo e direcionar parte dele diretamente para sua própria conta bancária.

Com a *revolução industrial*, a partir da segunda metade do século seguinte, as massas de cidadãos comuns na maioria das nações seguiram exploradas praticamente sem dinheiro. A baixa esperança de ganhá-lo era combatida pelos mitos de homens capazes de ficar ricos com o próprio esforço. A ética protestante divulgava o espírito do capitalismo da parcimônia, vendida como panaceia até hoje por economistas ortodoxos quando pregam a poupança ser a condição do investimento para enriquecimento.

A “regra de ouro” do comércio de qualquer coisa é comprar barato e vender caro. Se você acredita a ter ou poder adquirir essa capacidade de vendas, então, não precisa de mais nada para se tornar rico. Enquanto isso, quem não a tem acredita a aversão ao consumismo ser o sacrifício exigido para o enriquecimento progressivo, lento e gradual.

O otimismo é a atitude mais valiosa pregada pelos professores da fortuna – e pelos autores de autoajuda financeira. Eles não oferecem garantias de seu dinheiro de volta. Afinal, se não deu certo, a culpa é sua por não se esforçar suficientemente no ensinado.

Através da prece, da parcimônia, do esforço, da honestidade, da coragem, da perseverança e de outros atributos admirados da ética protestante, ascenderiam à riqueza material. Por essas falsas promessas, as igrejas evangélicas neopentecostais têm multiplicado o número de fiéis e aumentado sua representação no Congresso Nacional, encarnando uma das mais importantes mudanças culturais – e políticas – do Brasil.

Essencialmente, a pregação segue sempre a mesma fórmula: um infeliz triunfa sobre a adversidade aplicando as regras da Bíblia. Um acaso o ajuda em sua ascensão, mas a inferência divina é porque ele a merece, afinal, trabalha duro, reza muito, tem pensamentos puros e uma atitude mental positiva.

As principais religiões cristãs tentam convencer as pessoas de a virtude ser a própria recompensa. Na realidade, a pobreza seria preferível à riqueza, porque dinheiro demais inevitavelmente levaria à dissolução e à danação. O dinheiro seria concebido para ser a raiz do mal. Um homem sábio não trabalha pelo dinheiro, mas pelo trabalho em si. O trabalho é purificador. O suor é sagrado aos olhos do Senhor. E sua exploração?

Pela Teologia da Prosperidade, existem milhares de empreendimentos capazes de oferecer aos pobres cidadãos oprimidos por impostos, pela inflação e apenas com renda média, uma chance de ficarem ricos. Basta seguir a regra de ouro do comércio: comprar barato e vender caro. Você pode até usar O Mercado divino: criando empresas fantasmas ou templos imaginários, conseguindo pessoas para comprarem ações dessas empresas ou pagarem dízimos, e manipulando o fluxo de dinheiro resultante de maneira a parte dele terminar em seu bolso.

Mas a técnica de usar o dinheiro dos outros – *alavancagem financeira* – é mais comum. Na verdade, é o segredo do negócio capitalista: *usar recursos de terceiros*. É inspirado na junção da revolução financeira com a revolução industrial de elevação da produtividade na produção de mercadorias em escala massiva para compra-e-venda.

É possível apresentar um exemplo simples. Caso você tenha 100 mil reais para investir em imóveis, você encontra um terreno em algum lugar, por exemplo, no limite de uma cidade do interior em expansão, uma área onde os valores dos imóveis estão subindo, por exemplo, 25% a cada dois anos. Aí você aplica o seu dinheiro para acumular mais.

Com recursos próprios, você encontra um terreno à venda por 100 mil reais e investe todo o seu dinheiro nele. Dois anos depois, você o vende por R\$ 125.000. Você ganha 25% do seu capital inicial.

Com recursos de terceiros, isto é, dos outros depositados em bancos, em vez de um terreno de 100 mil reais, você pode comprar uma casa de 400 mil reais. Você coloca os seus R\$ 100 mil de entrada na casa e toma emprestados os 300 mil reais restantes de

um banco. Após dois anos, a casa teve também uma valorização de 25%, tal como o terreno. Ela passa a valer 500 mil reais. Você a vende, amortiza o empréstimo (e paga os baixos juros) ao banco e sai do negócio com aproximadamente 200 mil reais, descontados esses juros. Em vez de realizar meros 25%, você dobrou o seu dinheiro, ganhando 100% ao usando o dinheiro dos outros.

Alavancagem financeira diz respeito a obter a mesma valorização do ativo com a tomada de um empréstimo de capital de terceiros, dando muito maior escala na compra desse ativo. No exemplo, até dobra o capital próprio, ou seja, obtém uma rentabilidade de 100% sobre o próprio capital em caso de juro zero. O limite do juro a ser pago tem de ser inferior à rentabilidade patrimonial apenas com capital próprio para valer a pena.

Os juros, impostos e taxas de corretagem podem ser cobertas por valorização superior. A desvantagem desse investimento com uso de recursos de terceiros é envolver um grau maior de risco. Se o mercado imobiliário local se desvalorizar, enquanto você estiver no meio do investimento, ele deixa você endividado. Ou você suporta esta dívida até o mercado melhorar a cotação do imóvel ou vende seu investimento, realizando um prejuízo.

Ao contrário da pregação da parcimônia virtuosa, ficar muito rico sem correr riscos é virtualmente impossível. Todos os muito ricos, se não tiveram a fortuna herdada, tiveram de abrir mão de absoluta prudência e segurança. Ficar muito rico (com fortuna acima de 100 milhões de dólares) sem abrir mão do emprego assalariado no setor público com estabilidade garantida é impossível sem um comportamento corrupto ou aético.

Você pode esperar por um pouco mais de riqueza se vender uma habilidade profissional como *freelance*, ou tornando-se uma “celebridade” profissional com fama na mídia. Mesmo assim, suas chances de chegar aos 100 milhões de dólares é muito baixa se pertencer à casta dos militares da caserna, à casta dos sábios-intelectuais ou à casta dos trabalhadores, isso sem falar nos párias. Tem de pertencer à casta dos mercadores ou à casta dos sabidos-pregadores de virtudes para os outros – e de desvio de dinheiro dos outros para si. Por exemplo, com uma “rachadinha” para se apropriar de parte dos salários de funcionários “fantasmas” nomeados por membros da casta de oligarcas governantes (clãs políticos dinásticos) para seus gabinetes.

O processo de crescimento de empresas não-financeiras é limitado pela capacidade de financiamento dos ativos a serem adquiridos por elas. Talvez esta seja a maior restrição quando elas encontram oportunidades de investimentos operacionais para fazerem uma inovação técnica favorável à disputa com a concorrência.

Há conjunturas, como a atual brasileira, quando elas não conseguem criar novas atividades produtivas lucrativas. Em uma economia estagnada, não adicionam muito valor novo. Elas se restringem a disputar a apropriação de ativos existentes.

O financiamento da expansão de empresa capitalista tem duas origens. Internamente, através dos lucros retidos e aos quais podem ser incorporados capitais através da subscrição de mais ações por parte dos acionistas fundadores da empresa. Externamente, através do capital de terceiros, tomados emprestados, ou através da emissão de ações para novos acionistas em sociedade aberta.

O autofinanciamento depende do poder de geração e retenção de lucros. Estes são determinados pelos investimentos anteriores na expansão da capacidade produtiva, pela margem bruta de lucro, e pela distribuição de dividendos. Esta é decidida em função de lucro no processo de produção e vendas e do plano de novos investimentos.

Estudo do CEMEC-FIPE a respeito do último ciclo de investimentos, na fase 2004-2006 (FBCF em torno de 17% do PIB), o uso de recursos próprios ter declinado de 69% a 60% do total financiado. Nas fases de 2007-2014 (FBCF em média próxima de 21% do PIB) e 2015-2018 (FBCF no patamar médio de 15% do PIB), o uso de recursos próprios foi entre o máximo de 57% em 2008 ao mínimo de 37% em 2014 – e daí girou em torno de 43% do total.

Para o financiamento externo, o volume de capital próprio da empresa não-financeira impõe um limite ao montante de capital de terceiros possível de ser tomado emprestado, dado certo grau de aversão ao risco de endividamento e avaliada a taxa prospectiva de lucro. A rentabilidade esperada é a referência para o pagamento (ou não) da alavancagem financeira.

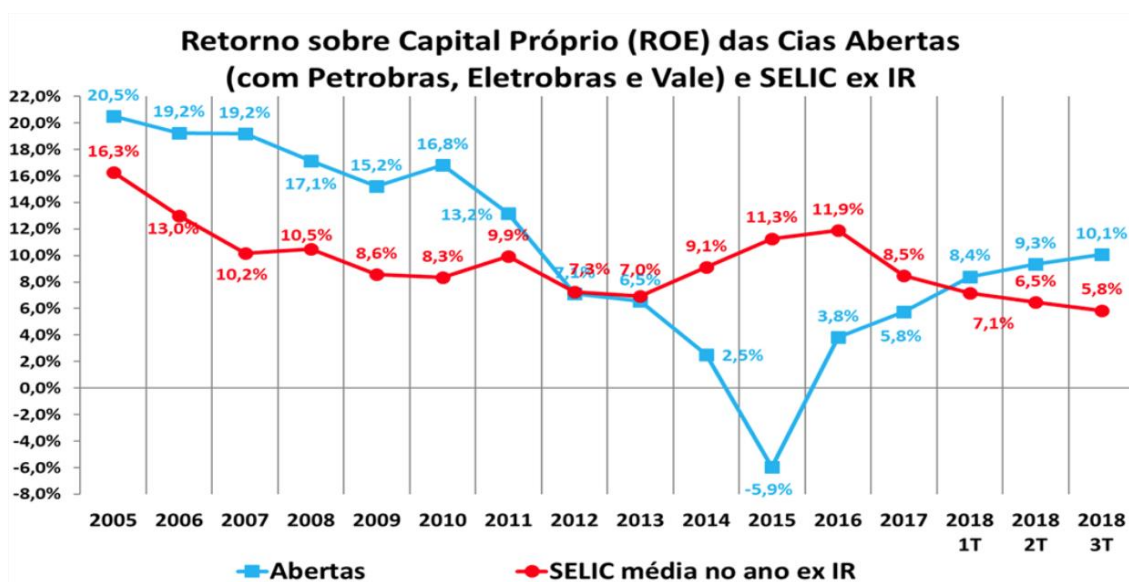
O segredo do negócio capitalista é usar o dinheiro dos outros ao tomar empréstimos para fazer alavancagem financeira. Essa operação dá muito maior escala na aquisição de ativos de investimento. É mais comum em economia de endividamento, típica do Brasil, distinta da economia de mercado de capitais, característica norte-americana.

Se obtiver a mesma ou maior valorização do ativo com a tomada de um empréstimo de capital de terceiros, pode-se multiplicar os recursos próprios com a maior rentabilidade sobre o capital próprio original. O limite do juro a ser pago tem de ser inferior à rentabilidade patrimonial sem empréstimo, para valer a pena o endividamento.

Não foi o ocorrido na economia brasileira por conta do aumento de endividamento até 2015, quando o exigível financeiro de Pessoas Jurídicas não financeiras alcançou 58,6% do PIB. O custo financeiro disparou, devido ao ciclo de seca,

ao choque tarifário de Joaquim Levy e o consequente choque de juros. A rentabilidade patrimonial das companhias abertas ficou abaixo da Selic desde a retomada de seu crescimento em abril de 2013 (ver Gráfico 7).

Gráfico 7



A taxa média de juros das concessões, no crédito livre a empresas, alcançou 20,2% a.a. em janeiro de 2019, apesar da queda da taxa SELIC desde outubro de 2016. Em função desse alto patamar para a rentabilidade patrimonial superar, historicamente, os concessionários de serviços de utilidade pública tinham a alternativa de obter empréstimos do BNDES com juros abaixo do cobrado no crédito com recursos livres, em longos prazos de carência e pagamento, para obter uma taxa de retorno alavancada.

Os desembolsos do BNDES entre 2005 a 2008 foram de 8,1% a 11,4% do total. Em sua atuação anticíclica contra a crise foi 18% do total em 2009. Ficou no patamar entre 13,2% e 15,2% até 2014. Após o golpe de 2016, caiu progressivamente de 6,2% para 4,7% do total em 2018. Esse desmanche histórico, abriu espaço para o mercado de capitais ocupar, elevando sua participação de 7,4% em 2015 a 17,1% em 2018.

O limite à capacidade de financiamento externo da expansão de empresa não-financeira depende de sua capacidade de endividamento. Esta é duplamente determinada por considerações de risco do devedor (empresa não-financeira) e risco do credor (banco). Antes disso, o sistema financeiro supervisionado pela Autoridade Monetária impõe determinado grau de alavancagem financeira em relação ao capital próprio.

A alavancagem (dívida bruta / patrimônio líquido) das empresas abertas (exceto Petrobras) cresceram de 0,65 em 2010 até 1,04 em 2015. A partir de então, o processo de “desalavancagem financeira” levou-a a 0,89 no fim do terceiro trimestre de 2018.

Em economia de mercado de capitais, a capacidade de uma empresa mobilizar capital através da emissão primária de ações a novos acionistas se relaciona também ao princípio de risco crescente. A cotação para aquisição dessas ações constitui uma demarcação da rentabilidade dos antigos acionistas face aos novos acionistas.

Esse preço de ação não pode deixar de ser crescente, a partir de determinado volume mínimo de emissão, para não infringir uma perda de capital aos acionistas correntes. Isso se refere à questão da manutenção do controle da empresa não-financeira, ou seja, não haver diluição das participações acionárias atuais.

No caso de um novo investimento, uma nova emissão pode se constituir em uma forma apropriada de obtenção do financiamento externo necessário. Isso ocorrerá se o mercado de capitais acreditar o “dinheiro novo emitido” vir a ser aplicado em determinado projeto particularmente lucrativo, permitindo futuro ganho de capital.

Dado o limite de endividamento da empresa, só uma parcela dos investimentos poderia ser financiada por novos empréstimos. Isso exigiria aumentar os lucros retidos até serem suficientes para autofinanciar o restante. Esse autofinanciamento poderia implicar, entretanto, em uma acentuada redução da taxa de distribuição de dividendos. Nesse caso, uma nova emissão tem um efeito menos prejudicial à posição de liquidez dos acionistas em lugar de uma redução dos dividendos.

Houve uma mudança na política de dividendos, nas empresas brasileiras, a partir de 2016, quando a taxa de retenção de lucros voltou a ser positiva e crescente. Reverteu a taxa negativa de 2014 e 2015, quando a distribuição de lucros para os acionistas se deu em desfavor do capital investido pelas empresas.

Quanto maior for o preço da ação da empresa, em *boom* (alta das cotações), menos ações serão necessárias serem emitidas, reduzindo a diluição dos atuais acionistas. Se houver baixa de seu preço, eleva a quantidade de ações dadas em garantia de empréstimos ou a necessidade de emitir mais para captar “dinheiro novo”. Logo, o “momentum” adequado não é após um crash, mas sim durante um boom. Em outras palavras, o mercado de capitais não é uma alternativa à atuação anticíclica desempenhada por bancos públicos durante recessões. É uma irresponsabilidade (ou um crime de lesa-pátria) o desmanche do BNDES, mingando-o e obrigando-o a devolver R\$ 271 bilhões ao Tesouro Nacional até 2022!

A Carta IEDI 927 analisa indicadores dos balanços de 318 grandes corporações não financeiras de capital aberto em 2018. As empresas foram agregadas de modo a

avaliar o desempenho dos grandes setores da economia: indústria, serviços e comércio, isolando os efeitos de gigantes como Petrobras, Vale e Eletrobrás. Os balanços mostram: a melhora da rentabilidade foi tímida e muito desigual entre os setores, o endividamento permaneceu elevado e pouco se avançou a redução das despesas financeiras.

No agregado da amostra de empresas, a margem líquida de lucro saltou de 4,3% em 2017 para 7,6% em 2018. Excluídas as gigantes Petrobras, Vale e Eletrobrás, essa margem passou de 4,5% para 5,9%, retornando ao nível de 2014 (5,6%). Mas isso não ocorreu para todos.

Para a indústria (excluídas a Petrobras e a Vale), o quadro progrediu apenas parcialmente. A margem líquida de lucro subiu de 3,7% em 2017 para 4,6% em 2018, mas esse movimento não foi capaz de restaurar a rentabilidade aos patamares anteriores à crise. Em 2014 a margem tinha sido de 5,7%.

Além de modesto, este movimento positivo na indústria foi muito concentrado em poucos ramos, principalmente na extrativa e em alguns segmentos de insumos básicos. O grupo de bens de consumo não duráveis e semiduráveis, por sua vez, contribuiu negativamente para a recomposição da rentabilidade média do setor.

Quem apresentou, de fato, melhorias significativas na rentabilidade em 2018 foram as empresas dos setores de comércio e serviços. Na indústria, a lucratividade aumentou de maneira limitada, fazendo o endividamento e as despesas financeiras permanecerem como impeditivos para novos investimentos. Além disso, é claro, existe o problema do NUCI (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) alcançar 74,5% em abril de 2019, dez pontos percentuais abaixo da média da capacidade produtiva ocupada durante o último ciclo de investimento após 2009 até o fim de 2014.

Para o agregado das empresas como um todo, o endividamento bancário manteve a tendência de crescimento em 2018, variando +6,7% e atingindo a cifra de R\$ 1,5 trilhão, impulsionado, entre outros fatores, pela depreciação da moeda nacional no período, na faixa de 20%. A indústria, por sua vez, viu seu endividamento subir mais intensamente: +11% em relação a 2017, chegando a R\$ 414,6 bilhões, quando excluídas as gigantes Petrobras e Vale.

Em síntese, para o IEDI, os resultados econômico-financeiros das grandes empresas de capital aberto ainda mostram um quadro de alto endividamento com baixa lucratividade. Uma consequência disso é o baixo investimento. Como isso se dá mais gravemente na indústria, capaz de estabelecer um número maior de vínculos com os demais setores da economia, a resultante é o baixíssimo crescimento econômico observado.

As empresas e setores com resultados mais positivos, diante das incertezas políticas, não deram sinais de retomar projetos de investimento. Ao contrário, aproveitaram para reduzir o grau de endividamento ou deram preferência para manter maior volume de ativos líquidos. Sem reação dos investimentos em capital fixo, a economia brasileira está colocando em risco suas futuras produtividade e competitividade, notadamente na indústria.

Boletim de conjuntura do BRADESCO aponta o percentual de empresas não-financeiras com EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização na sigla em inglês de Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) inferiores às despesas financeiras. Eram 48% das sociedades abertas em 2015 e 2016, caiu para 37% em 2017 e 33% em 2018. A “desalavancagem” empresarial ainda não se completou de maneira adequada para um novo ciclo de investimento e endividamento.

Inovações Financeiras para Futura Alavancagem

Existem cerca de 1.400 instituições no sistema financeiro nacional. Cooperativas de crédito são 1.004 (72%) e concedem R\$ 97 bilhões de crédito (3% do total). As 262 financeiras e outras instituições do mercado de capitais (19%) concedem apenas R\$ 31 bilhões (1%). Bancos privados se dividem em dois: os 59 nacionais (4%) concedem R\$ 1,111 trilhão (32%); os 63 estrangeiros (4%) concedem R\$ 442 bilhões (13%). Em contrapartida, os 13 bancos públicos (5 federais e 8 regionais/estaduais) concedem R\$ 1,730 trilhão (51%), conforme disse o presidente da FEBRABAN em palestra (abr/2018).

O mais relevante é o agrupamento chamado “*big six*” (BNDES, BB, Bradesco, Itaú, Caixa e Santander) se incluir o banco de desenvolvimento entre os bancos comerciais, senão “*big five*”. Aliás, concentração bancária existe na China e em praticamente todos os sistemas bancários nacionais de países grandes. Aqui, esse agrupamento dos seis maiores bancos em ativos soma 80% do crédito total e 81% do total de captações. Em dezembro de 2018, o *Market-share* de cada um no crédito total ia de 8% do Santander, 9% do BNDES e 11% do Bradesco até 15% do Itaú, 18% do Banco do Brasil e 19% da Caixa.

Isto apesar dos bancos públicos terem perdido posições desde o governo golpista. No fim de 2017, já possuíam 45% dos ativos, 51% do crédito e 48% das captações. Um ano após essas participações caíram, respectivamente, para 42%, 48% e 45%.

Cada um dos maiores bancos possui seu nicho de mercado, onde é dominante. Quanto à principal modalidade de crédito à Pessoa Física por parte de cada um deles, o financiamento habitacional representa $\frac{3}{4}$ da carteira de crédito da Caixa, tendo além disso só alguma expressão o empréstimo com consignação em folha de pagamento. O

Banco do Brasil, assim como o Itaú e o Bradesco, também se dedicam bem a esse empréstimo com baixo risco. Mas seu negócio preferencial é o crédito rural e agroindustrial, constituindo quase metade de sua carteira. Para o Itaú, mais de ¼ de seu crédito é concedido via cartões. Quase ¼ do crédito do Santander é financiamento de veículos, enquanto o Votorantim com 4/5 se dedica quase exclusivamente a esse negócio bancário. Por sua vez, o BTG-Pactual concentra quase toda sua atividade de crédito a Pessoa Física no exterior. “Os Banqueiros” são bem diferentes, não?

Mas, além do financiamento, nas duas outras funções básicas dos bancos – uma, viabilizar um sistema de pagamentos, outra, captar ou oferecer oportunidades de investimentos financeiros aos seus clientes – há também distinções no tratamento do público-alvo.

Hoje, o pagamento feito pelos canais bancários é por meio de débito em conta corrente via TED ou DOC. O valor chega ao destinatário no mesmo dia, se feito no horário definido pelos bancos, das 6h30 às 17h, em dias úteis. Pode levar de 5 a 30 minutos. A transferência custa ao cliente uma tarifa definida por banco ou por transação, ou, ainda, em pacotes oferecidos de acordo com o perfil de cada cliente.

O preço de cada transação deverá ser reduzido para centavos, quando um sistema de pagamentos instantâneos permitir redução de custos fixos, porque o custo marginal digital é quase zero. A operação será completada em até 10 segundos. Poderá ser feita 24 horas por dia, sete dias por semana, durante o ano todo.

Substituirá os pagamentos em espécie feito pessoa a pessoa. Uma informa a opção de pagamento e o valor da compra em seu celular, outra seleciona no seu *smartphone* o cartão a ser utilizado e a forma de pagamento: débito ou crédito. Aproxima o celular do outro e digita a senha do seu cartão. Pronto, pagamento já realizado!

Além da concessão ou tomada de crédito, duas outras funções básicas dos bancos – essa de viabilizar um sistema de pagamentos de varejo instantâneo e outra de captar ou oferecer oportunidades de investimentos financeiros aos seus clientes – justificam retomar o programa de “bancarização”, adotado no primeiro governo Lula, isto é, conceder acesso popular a bancos. Significa conquista da cidadania financeira.

O UPI é uma solução mobile de pagamento instantâneo, utilizada para efetuar transferências interbancárias de pessoa para pessoa e pagamentos de comerciantes. O sistema foi desenvolvido em abril 2016 pelo National Payments Corporation of India (NPCI). Hoje, um a cada dois indianos possuem uma conta na plataforma.

Na China, o WeChat transformou os pagamentos. Lá não se anda mais com cartão de crédito e/ou papel-moeda. Há bares e restaurantes, inclusive, onde nem

precisa fazer o pedido para um garçom, basta escanear um código QR da mesa, escolher o desejado, pagar pelo seu dispositivo móvel e recebe o desejado em sua mesa.

Mais de 4 mil suecos implantaram microchips em suas mãos. Isso lhes permite pagar por viagens de trem e comida, ou entrar em escritórios sem chave, com um aceno. Restaurantes, ônibus, estacionamentos e até mesmo banheiros pagos dependem de cliques em lugar de dinheiro em espécie. Metade dos varejistas da Suécia preveem deixar de aceitar cédulas antes de 2025.

O BharatQR é um sistema de pagamento integrado indiano desenvolvido em 2016 pelo NPCI, Visa, MasterCard e American Express. O sistema padronizou o uso de QR Codes para realizar pagamentos, diminuindo a necessidade do uso de máquinas de cartão.

Predominantemente impulsionada pelo universo on-line, a ruptura digital traz à tona a discussão do O2O (*Online-to-Offline*). Estimular a concorrência é importante para ampliar serviços bancários populares. Um banco pioneiro lançará um sistema de pagamento biométrico por meio da sua rede, permitindo transações financeiras *on-line* em pontos de venda usando essa autenticação como modo de segurança.

Esse, como exemplo, é um ponto de um programa avançado para uma Frente Ampla Democrática (do centro à extrema-esquerda) apresentar na próxima eleição presidencial brasileira: eliminar a possibilidade de existir os “geddeis”. Está “moeda-nacional” é uma referência às “impressões digitais” do ex-ministro Geddel Vieira Lima encontradas nos R\$ 51 milhões em espécie, distribuídos em malas e caixas.

Os combates à corrupção, à lavagem de dinheiro-sujo e à sonegação fiscal avançarão com o fim da impessoalidade nos pagamentos. Estes deixarão “pegadas eletrônicas” para serem rastreadas por big-data, isto é, pesquisa em grandes bancos de dados.

Desestimular o uso do dinheiro em espécie, além da redução dos custos com guarda e transporte de numerário, possibilitará a redução das despesas administrativas dos bancos cobradas no spread do crédito. Mitigará também os riscos de lavagem de dinheiro e assaltos, seja às agências e ATMs, seja às pessoas físicas.

Em 2017, 42% das transações com movimentação financeira era feita por canais como agências, ATMs, correspondentes e *contact center*, 37% por POS e 21% por Internet e mobile banking. Em 2011, era respectivamente, 52%, 31% e 16%. A tendência é digital.

Impacto da revolução tecnológica sobre o emprego bancário: em 1989, eram 821 mil bancários no país, esse total caiu 52% até 2001, para o patamar de 393 mil vagas. De

2002 a 2011, por dez anos consecutivos, o total de empregos em bancos apresentou um crescimento contínuo, atingindo 508 mil vagas. O setor bancário encerrou 2018 com aproximadamente 465 mil funcionários diretos, sendo 78% com nível superior.

Todos nós, trabalhadores ativos e inativos, somos clientes desse sistema. Dependemos dele para substituir a renda do trabalho pelos rendimentos do capital financeiro na aposentadoria. Não corresponde à realidade o lema “nós contra eles”. É reducionista.

“Nós” somos diversos, mas não necessariamente inimigos como sugere a leitura da realidade através de uma luta de classes binária. A diversidade de interesses e a necessidade de conciliação em termos de valores e um projeto nacional, para se tornar novamente maioria democrática em uma sociedade antagônica, sugere outra narrativa.

Conclusão

A eleição presidência brasileira não se dá no sistema “*the winner takes it all*”, ou seja, “o candidato mais votado leva tudo”, assumindo o papel de déspota eleito. A eleição dos delegados (ou “grandes eleitores”) para elegerem o presidente dos Estados Unidos é feita dessa forma, estado a estado. Nesse sistema norte-americano, o candidato mais votado leva todos os delegados do estado, mesmo sendo o mais votado por apenas, por exemplo, 46% dos votos contra 29%, 12% e 5% dos outros três candidatos seguintes, como ocorreu no primeiro turno da eleição brasileira de 2018. No segundo turno, o capitão miliciano, por conta do antipetismo irrefletido, recebeu 55% dos votos válidos.

No entanto, o último levantamento de sua popularidade mostra o eleito de extrema-direita ter a pior avaliação entre presidentes eleitos em primeiro mandato, desde o início da série histórica da pesquisa de opinião pública realizada pela CNI em parceria com o Ibope. Além de ser antielitista (e daí anti-intelectuais), o populista de direita está sempre contra minorias. O populista afirma: “eu, e somente eu, represento o povo”. Desafia seus numerosos críticos: “Sou o povo. Quem é você?” Claro, ele sabe seus oponentes serem também naturais da mesma Nação. A reivindicação de representação exclusiva não é empírica, é sempre distintamente moral.

Quando concorre ao cargo, o populista retrata seus concorrentes políticos como parte da elite imoral e corrupta. Quando chega ao Poder Executivo, ao decidir qualquer coisa, ele se recusa a reconhecer qualquer oposição como legítima. A lógica populista também implica em quem não o apoia ser classificada como “uma parte inapropriada do povo” – sempre definido como justo e moralmente puro. Para o populista, “o povo” é apenas seus seguidores na rede social, os demais são inimigos dissidentes.

O populista representa um perigo para a democracia. Porque ela requer o pluralismo e o reconhecimento de precisarmos encontrar termos justos de vida juntos como cidadãos livres, iguais, mas também irredutivelmente diversos. A ideia do povo único, homogêneo e autêntico é uma fantasia populista.

A governança populista faz seguidas tentativas de sequestrar o aparato estatal, busca o “clientelismo em massa”, trocando benefícios materiais ou favores burocráticos para apoio político de tecnocratas oportunistas, tornados “clientes” populistas, e esforços sistemáticos para suprimir a sociedade civil organizada. Populista justifica sua conduta alegando, individualmente, representar o povo. Isso explica porque as revelações de despreparo raramente parece afetar o líder populista. Aos olhos de seus seguidores, “ele está fazendo isso por nós”, as pessoas autênticas. É tipo “rouba, mas faz”.

A oposição não pode cometer o erro de subestimar o populista, deixando de enxergar a esperteza política sob seus factoides. Esse desdém pela figura de proa do populismo vem acompanhado de uma arrogante depreciação de seus partidários. No entanto, todos teremos de compartilhar a Nação enquanto vivermos no mesmo território. Não se deve o subestimar e nem depreciar essas pessoas eleitoras do populista de direita.

Os opositores ao déspota eleito não podem deixar de atuar unidos. Aflitos e apavorados, os adversários do populista começam a fazer “o jogo político da pureza ideológica”, impondo testes a seus potenciais parceiros e, mais equivocadamente ainda, recusando-se a aceitar em suas fileiras os antigos aliados do populista dispostos a lhe dar as costas.

Os oponentes do estropício deixam de planejar e divulgar uma perspectiva positiva para um país melhor. Em vez de tentar convencer seus potenciais eleitores de eles poderem oferecer benefícios tangíveis, concentram-se apenas nas falhas gritantes de seu inimigo.

Mas a maioria dos partidários do populista de direita tem plena consciência de seu líder mentir, disseminar mensagens de ódio e não passar de um bronco. Convencidos de os políticos tradicionais nada terem a lhes oferecer, é precisamente essa postura antissistema o atraente nele. Sempre existe a chance, pensam, dele realizar uma fração de suas promessas irreais. Pelo menos, ele vai poupá-los da hipocrisia envaidecida da velha-guarda. Os raivosos desqualificados pelo mercado de trabalho exigente de preparação mais adequada à atual revolução tecnológica se tornam *anti-establishment* e apoiam esse suposto contestador do sistema dominado por elites.

Os diversos programas partidários, quando há fragmentação dos partidos como no Brasil, cada qual com seu cacique, são um grande problema para as tentativas de

união ou formação de uma Frente Ampla de centro à esquerda contra a direita. Assim quando um programa é específico, as diferenças devem ser abordadas, discutidas e superadas por consenso.

Progressistas tendem a falar sobre programas. Mas os programas não são só o que a maioria dos brasileiros quer saber. A maioria quer saber o que o candidato apoiador defende, se seus valores são os valores “certos” face ao seu moralismo, o que seus princípios são, em qual direção moral seu candidato quer levar o país.

No discurso público, valores superam programas, princípios superam programas, direções políticas trunfam programas. Valores, princípios, e direções políticas são exatamente as coisas possíveis de unir progressistas, se eles forem criados corretamente. A razão deles poderem nos unir é eles estarem conceitualmente acima de todas as coisas capazes de nos dividir.

Por exemplo, Alexandria Ocasio-Cortez, a mais notável congressista de esquerda do Partido Democrata norte-americano, lançou um esboço amplo de uma visão para o *Green New Deal*, um plano para combater a injustiça econômica e racial, enquanto luta contra a mudança climática. O documento também endossa a saúde universal, uma garantia de emprego e a educação superior gratuita.

Em uma fase de debates, preparatória para o enfrentamento de populistas de direita – o capitão aqui, o bilionário lá –, é necessário arregimentar apoios em defesa de um programa comum. Nele se corrigirá erros cometidos no governo social-desenvolvimentista (2003-2014), como o “capitalismo de compadrio”, e se avançarão propostas para uma obtenção dos bens básicos universais para uma boa vida: saúde, segurança (econômica e pessoal), personalidade (moradia própria), representatividade (educação superior para tolerância mútua, civilidade e deixar “marca no mundo”), harmonia com meio-ambiente (natural e institucional) e lazer criativo, ou seja, atividade criativa em lugar de trabalho alienante.

Entre outras propostas para o debate público, citadas ao longo deste Texto para Discussão, acrescento as seguintes.

Se a Reforma da Previdência aumentar cinco anos de vida ativa, serão mais 9.200 horas de trabalho até se aposentar, totalizando 64.400 horas, pagando mais contribuições, e tendo menos vida inativa até o falecimento; os trabalhadores só perderão. Contrapartida: negociar 48 semanas X 36 horas = 1.728 horas anuais; considerando 35 anos de trabalho, seriam 60.480 horas trabalhadas na vida ativa; elevaria em 5.280 horas a carga de trabalho anterior, mas teria mais um dia livre na jornada semanal para um trabalho criativo em lugar de trabalho alienante.

Solução para o problema de interferência política na escolha de dirigentes nos bancos públicos, inclusive para os do Banco Central: a exigência, para todos os candidatos, de formação em Escola Superior de Administração Bancária. Se tanto servidores públicos concursados, quanto profissionais interessados na carreira, fossem obrigados a ter pós-graduação de excelência, previamente a qualquer indicação governamental, a qualificação com um espírito público e ético seria superior.

É necessário o mandato dual para o Banco Central limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego. Quebrar o tabu de diretores do Banco Central do Brasil serem neoliberais (direta ou indiretamente indicados por O Mercado), quando não da própria corporação constituída por seus funcionários.

Mudança do modelo de cartões de crédito adotado só no Brasil. No resto do mundo não há o período de graça (até 40 dias), prestações sem juros e não diferenciação entre preços a vista e preços a prazo. Desinflar os preços (e custo de vida) com pagamento de um juro não extorsivo a partir do dia seguinte ao da compra, desestímulo ao crédito rotativo onde há maior inadimplência e, portanto, *spread* elevado.

Atacar causas primárias de inadimplência com retomada do crescimento do emprego e da renda por meio de investimento autônomo e transformar em política pública a Educação Financeira. Ela deve ser ministrada não só nas escolas, desde o ensino infantil, mas também na relação entre os bancos e seus clientes. Aqueles podem divulgar para esses, continuamente, em linguagem acessível, o ônus devido ao não uso consciente dos cartões.

Retomar o financiamento imobiliário, porque existe demanda efetiva permanente devido ao déficit habitacional no Brasil. No maior programa de aquisição dessa riqueza familiar e gerador de empregos, Minha Casa Minha Vida, foram contratadas a construção de 5,6 milhões e entregue 4,1 milhões unidades habitacionais.

Retomar a inclusão social e a democratização do Ensino Superior, em um processo de aproximar socioeconômico, racial e espacialmente o perfil dos estudantes universitários ao da população brasileira, reduzindo as desigualdades de acesso às Universidades. Dessa feita, a massificação da quantidade de estudantes deverá ser acompanhada também de uma melhoria na qualidade do Ensino Superior brasileiro de modo a prepara-los para os desafios impostos pela Revolução Tecnológica, inclusive dotando-os de capacidade de empreendedorismo em diversas áreas de conhecimento.

A prioridade de um programa de Frente Ampla de Oposição deverá ser a adoção de um projeto para a retomada do crescimento da renda e do emprego. Com isso os inadimplentes hoje desempregados poderão saldar suas dívidas e expandir o consumo familiar. Com a elevação do investimento público autônomo, em substituição dos gastos privados inibidos por expectativas pessimistas, além da retomada de obras públicas e

dos investimentos das empresas estatais, por exemplo, da Petrobras no pré-sal, o efeito multiplicador acabará por incentivar os investimentos privados. Maior renda, inclusive pelos maiores royalties de petróleo, cuja produção passará da média diária de 2,586 milhões de bbl/d em 2018, para 3,7 milhões em 2025, 4,3 milhões em 2030 e 4,8 milhões em 2035, propiciando elevação da arrecadação fiscal e condições para um futuro ajuste fiscal – e não agora em uma economia estagnada.

Bibliografia

COSTA, Fernando Nogueira da. *A vida está difícil. Lide com isso. Narrativas da crise mundial em transição histórica*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; 2019.

FEBRABAN. *Pagamentos Instantâneos*. São Paulo: Revista CIAB n. 80; mar/abr 2019.

IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes*. Rio de Janeiro: out-dez 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNADC). *Mercado de Trabalho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Apresentação 1º Trimestre de 2019; 16/05/2019.

IEDI. *As empresas em 2018: pouca reação dos lucros e endividamento elevado*. São Paulo: Carta IEDI 927, publicada em 20/05/2019.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?* Campinas, Tese de Doutorado IE-UNICAMP, 2019.